

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**LAURA GONÇALVES DE MELO ARAÚJO**

**CAMINHOS PARA A ESTABILIDADE: uma análise sobre a estabilidade  
das Monarquias Árabes**

**Recife  
2018**

**LAURA GONÇALVES DE MELO ARAÚJO**

**CAMINHOS PARA A ESTABILIDADE:  
uma análise sobre a estabilidade das Monarquias Árabes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

**Área de concentração:** Ciência Política

**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto.

**Recife  
2018**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

A663c Araújo, Laura Gonçalves de Melo.  
Caminhos para a estabilidade : uma análise sobre a estabilidade das  
Monarquias Árabes / Laura Gonçalves de Melo Araújo. – 2018.  
55 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2018.  
Inclui referências.

1. Ciência Política. 2. Monarquia – Oriente Médio. 3. Primavera árabe,  
2010- . 4. Resistência ao governo – Árabes. 5. Governo comparado –  
Oriente Médio. 6. Estabilidade política. 7. Rentismo. I. Neto, Ricardo  
Borges Gama (Orientador). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-229)

**LAURA GONÇALVES DE MELO ARAÚJO**

**CAMINHOS PARA A ESTABILIDADE:  
uma análise sobre a estabilidade das Monarquias Árabes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Aprovada em: 31/08/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Ricardo Borges Gama Neto (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Andrea Quirino Steiner (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana Preta Oliveira Lyra (Examinador Externo)  
Associação Caruaruense de Ensino Superior

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente a meu orientador Ricardo Borges, pela paciência, disponibilidade e abertura durante toda a minha vida acadêmica. Por me guiar nessa trajetória e ensinar-me sobre humildade e compreensão.

Gostaria de agradecer a minha família, em especial a minha mãe e tias-avós, que sempre me apoiam em todas as minhas escolhas, por mais malucas e ousadas que possam parecer, elas sempre estiveram e estarão lá para mim.

Não menos importantes, gostaria de agradecer a meus amigos, que lidam com todas as minhas ausências, mas que estão sempre presentes quando preciso.

Gostaria de agradecer a meu namorado, que assim como minha família, me apoia, dá forças e asas para que eu continue perseguindo os meus sonhos.

## RESUMO

Esta dissertação aborda a permanência dos regimes monárquicos no Oriente Médio no cenário pós- Primavera Árabe, que teve início com protestos em 2010 e se consolidou após a queda de Bin-Ali, em janeiro de 2011. Com a Primavera Árabe, o norte da África foi atingido por uma onda de protestos e pedidos por mais liberdade. Dentre os países árabes da região, as monarquias árabes: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Kuwait, Marrocos e Omã; Argélia e Líbano foram os únicos que mantiveram seus regimes. Esta dissertação pretende explicar quais razões conduziram as monarquias árabes à estabilidade, sob uma perspectiva institucionalista. A pesquisa foi feita após um levantamento bibliográfico, que serviu para o levantamento das variáveis e, posteriormente, sua transformação em categorias. A Teoria do Estado Rentista teve especial ênfase nesta dissertação, sendo o recolhimento de impostos uma das categorias mais importantes para a pesquisa. A metodologia adotada foi a união de uma análise de política comparada com Qualitative Comparative Analysis (QCA) do tipo Crisp.

**Palavras-chave:** Primavera Árabe. Monarquias Árabes. Estabilidade. Rentismo.

## **ABSTRACT**

This dissertation addresses the continuation of monarchist regimes in the Middle East in the post-Arab Spring scenario, which began with protests in 2010 and consolidated after the fall of Bin-Ali in January 2011. With the Arab Spring, North Africa was hit by a wave of protests and requests of freedom. Among the Arab countries of the region, the Arab monarchies: Saudi Arabia, Bahrain, Qatar, the United Arab Emirates, Jordan, Kuwait, Morocco and Oman; Algeria and Lebanon were the only ones that maintained their regimes. This dissertation intends to explain what reasons led the Arab monarchies to the stability from an institutionalist perspective. The research was made after a bibliographical review, which served to survey the variables and, later, their transformation into categories. The Theory of the Rentier State had special emphasis in this dissertation, being the collection of taxes one of the most important categories for the research. The methodology adopted was the union of a policy analysis compared with Qualitative Comparative Analysis (QCA) Crisp.

**Keywords:** Arab Spring. Arab Monarchies. Stability. Rentier State.

## SUMÁRIO

|          |  |           |
|----------|--|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                           | <b>8</b>  |
| <b>2</b> | <b>REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO.....</b>     | <b>13</b> |
| 2.1      | CONCEITOS CHAVE.....                             | 14        |
| 2.2      | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....                       | 15        |
| <b>3</b> | <b>PROBLEMATIZAÇÃO.....</b>                      | <b>21</b> |
| <b>4</b> | <b>O REGIME MONÁRQUICO NO ORIENTE MÉDIO.....</b> | <b>26</b> |
| 4.1      | ANÁLISE GERAL DOS CASOS.....                     | 26        |
| 4.1.1    | Arábia Saudita.....                              | 27        |
| 4.1.2    | Barein.....                                      | 30        |
| 4.1.3    | Catar.....                                       | 32        |
| 4.1.4    | Emirados Árabes Unidos.....                      | 35        |
| 4.1.5    | Jordânia.....                                    | 37        |
| 4.1.6    | Kuwait.....                                      | 40        |
| 4.1.7    | Marrocos.....                                    | 42        |
| 4.1.8    | Omã.....   | 45        |
| 4.2      | CATEGORIAS .....                                 | 47        |
| 4.3      | QUALITATIVE COMPARATIVE ANALYSIS.....            | 49        |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                 | <b>52</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                          | <b>53</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender quais categorias são capazes de explicar a estabilidade das monarquias árabes no período pós-Primavera Árabe, movimento insurrecionista que resultou na deposição de grandes lideranças na região, e a importância do tipo de regime para a obtenção desse cenário. A princípio, entende-se estabilidade a partir de uma perspectiva institucional, considerando a permanência dos líderes e do tipo de regime vigente, tal conceituação será melhor desenvolvida no capítulo seguinte. Busca-se, então, descobrir qual a combinação causal foi necessária para a obtenção da estabilidade das monarquias árabes. A partir dessa combinação causal pretende-se fazer um mapeamento da estabilidade da região e analisar a diferença entre os regimes dos países sob a luz das categorias levantadas. A seleção dos casos se deu pelo momento histórico em que o Oriente Médio e Norte da África (MENA) se encontra.

O Oriente Médio atravessa um momento histórico bastante peculiar desde dezembro de 2010, quando se deram as primeiras manifestações que resultaram posteriormente na Primavera Árabe. A Primavera Árabe foi um movimento insurrecionista com base ideológica democrática, que teve início com protestos pró-democracia nas praças de Cairo e de Túnis (DIAMOND, 2012). O movimento teve como estopim a autoimolação do comerciante tunisiano Mohamed Bouazizi em frente a um prédio público em Ben Arous, cidade próxima a Túnis na Tunísia, em protesto à corrupção do governo, local em 2010. Esse ato foi o início de uma série de protestos na Tunísia que derrubariam o presidente Ben Ali, que estava no poder há 23 anos, em janeiro de 2011. O início dos protestos e seu sucesso na Tunísia acabaram com a aparente calma que o Mundo Árabe – Norte da África e Oriente Médio (MENA) se encontrava desde a Segunda Guerra do Iraque, em 2003.

A onda revolucionária que teve início na Tunísia foi marcada por manifestações, protestos, resistência civil e greves, as quais influenciaram fortemente na deposição do presidente Zine el-Abidine Ben Ali. O sucesso dos insurgentes tunisianos foi um forte incentivo para que as populações de outros Estados Árabes confrontassem o “*status quo*” gerando uma onda revolucionária na região (LEVI, 2014). Os meios de comunicação, em especial as redes sociais, desempenharam um papel essencial na difusão ideológica contida no movimento e na articulação dos movimentos insurrecionistas, tornando-se novos atores nesse processo (ANSARY, 2012). O *spill-over* da Primavera Árabe gerou a deposição dos governos

do Egito, Líbia e Iêmen, além de ter produzido reformas político-sociais no Marrocos, Jordânia, Omã e Barein, através de reformas e emendas às constituições.

Os casos trabalhados são as monarquias árabes da região do MENA, a pesquisa abarca 8 dentre os 24 Estados membros da Liga dos Estados Árabes, bloco existente desde 1945 com a adoção da "Carta da Liga dos Estados Árabes", no Cairo. O pertencimento ao bloco desempenha papel fundamental para a geopolítica dos casos, cuja grande parte das relações comerciais e do trânsito de pessoas se dá dentro do bloco. A ideia da criação de uma Liga dos Estados Árabes foi estimulada pelo Reino Unido, no início da década de 40 do século XX, durante o período da Segunda Guerra Mundial, no intuito de conquistar aliados na região na guerra contra os países do Eixo<sup>1</sup>. No entanto, outros fatores contribuíram para a formação e manutenção da Liga Árabe como: o aumento das relações econômicas entre países árabes, o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas e pan-árabes, a criação do Estado de Israel e as ligações históricas e religiosas entre estes países. A Liga Árabe atualmente conta com a presença de: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Comores, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Catar, Síria, Somália, Sudão e Tunísia. A Síria está suspensa do bloco, a princípio, devido a uma resolução conjunta do grupo, que condenava a forte repressão contra os protestos antigoverno ao regime de Bashar al-Assad, em novembro de 2011. Desde então, a Síria está imersa em guerra civil que perdura até os dias de hoje. Seis das monarquias analisadas fazem parte do Conselho de Cooperação para os Estados Árabes do Golfo (CCG), são elas: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã. O Conselho de Cooperação do Golfo foi fundado em 1981, após as duas crises do petróleo, com objetivos bastante amplos, que vão do campo social ao econômico, reúne os maiores produtores de hidrocarbonetos da região, e alguns do mundo. A criação do Conselho tem como principais objetivos promover a coordenação, a integração e a interconexão entre os Estados membros, formular regulações similares nos campos econômico, financeiro, comercial, alfandegário, turístico, legislativo e administrativo. O Conselho visa a promoção do progresso técnico na indústria, da mineração, da agricultura, dos recursos hídricos e da pecuária, além do estabelecimento de centros de pesquisa científica e a cooperação do setor privado. Os seis países membros atendem aos critérios da literatura sobre o rentismo, e constituem estados rentistas. É importante ressaltar que nem todos os países do Golfo são membros do CCG, estando o Irã e o Iraque fora dele.

---

<sup>1</sup> Alemanha, Itália e Japão

A região do Oriente Médio e Norte da África possuía a peculiaridade de até a eclosão da Primavera Árabe não possuir em seu território uma democracia árabe sequer (DIAMOND, 2013), embora possuísse países com maior grau de liberdade civil como Marrocos e Jordânia. O território seguiu intacto às ondas democráticas apresentadas por Huntington, em especial à terceira, a qual teve início em 1974 com a Revolução dos Cravos em Portugal e durou até o início dos anos 1990, onda a qual se caracterizou pela entrada da maior parte países periféricos ao grupo dos países democráticos, a América Latina e os países do leste europeu passaram a ser majoritariamente democráticos no período. Havia 46 democracias até o início da terceira onda, no início dos anos 90 esse número saltou para 97, e em 1995 para 117 democracias (DIAMOND, 2013). Enquanto o Oriente Médio permanecia sem nenhuma democracia, salvo Israel.

No entanto, após os protestos de dezembro de 2010 a realidade da região começou a mudar, e em 2011 o primeiro líder foi deposto, Ben Ali da Tunísia. Alguns países se acomodaram dentro de uma nova configuração, rumo a uma maior abertura política e participação popular, outros permaneceram com alto índice de repressão à participação popular. A Tunísia é o caso mais extremo, único que, até o momento, pode ser considerado como uma democracia<sup>2</sup> árabe. Outro caso é o do Egito, que ensaiou passos rumo a um regime democrático, cujos protestos de 2013 desencadearam nas eleições de 2014, com índice de abstenção superior a 50%, que conduziram o candidato extremista el-Sisi ao poder. Mas esse sofreu um golpe militar e, atualmente, o Egito é uma ditadura militar com alto índice de repressão, apresentando 26/100 pontos *no aggregated score* da *Freedom House*<sup>3</sup>. Outros países da região passam por processos mais turbulentos como a Síria e Líbia, o primeiro permanece em guerra civil desde 2011, cujas proporções desencadearam uma crise migratória de proporção nunca vista. O segundo, encontra-se no rol das sociedades mais repressivas do mundo desde 2011<sup>4</sup>(FREEDOM HOUSE, 2011), quando seu líder Mu'ammar al-Qadhafi liderou o ataque contra civis após a eclosão das revoluções do Egito e da Tunísia. Atualmente, a Freedom House classifica a Síria com um *aggregated score* de -1/100, pelo completo comprometimento dos direitos e das liberdades civis, tanto por possuir um dos mais

---

<sup>2</sup>Obeve 78 pontos de 0-100, sendo números próximos a zero atribuídos a locais com governos autoritários e com pouca liberdade e 100 uma democracia com todos os elementos constitutivos.

<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2017> visto 03/06/2017

<sup>3</sup><https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2017/egypt> acessado em 17/10/2017.

<sup>4</sup> Relatório "Worst of the worst 2011" <https://freedomhouse.org/sites/default/files/WorstOfTheWorst2011.pdf> acessado em 17/10/2017.

repressivos governos do mundo, quanto pelo andamento da Guerra Civil que se estende por 7 anos.<sup>5</sup>

Praticamente todos os países da região foram afetados de alguma forma pela Primavera Árabe, em maior ou menor proporção. As monarquias árabes foram as menos afetadas pelos eventos, mas mesmo assim houve uma onda de protestos no Marrocos, conhecida como movimento M20, que resultou em mudanças constitucionais no país, que consta com uma monarquia constitucional, aos moldes da monarquia espanhola (STEPAN, 2014). O rei da Jordânia, Abdullah, enfrentou uma situação semelhante à do Marrocos em 2011, das quais resultaram em algumas reformas na constituição. Alguns países da região, no entanto, não foram atingidos pela onda insurrecionista – como a Arábia Saudita, Catar, Argélia e Líbano.

As categorias de análise deste trabalho foram obtidas através da revisão da literatura e englobam quesitos econômicos, sociais, institucionais e estratégicos. A categoria econômica é a cobrança de impostos, que está diretamente relacionada com a abundância de petróleo no país. A categoria que abrange aspectos sociais é: o grau de liberdade, segundo a Freedom House, cuja concepção considera liberdades individuais, civis e de imprensa. A categoria que abrange aspectos institucionais é o tipo de regime, o qual pode ser monarquia, república ou ditadura. A categoria que abrange aspectos militares é o percentual do PIB aplicado em gastos com defesa, utiliza-se a média mundial do PIB e a média regional.

Um ponto particular dentro da análise dos regimes da região é analisar mais a fundo os regimes monárquicos e entender porque estes não foram tão fortemente atingidos pelos movimentos insurrecionistas que atingiram a região durante a Primavera Árabe, quanto outros tipos de regime predominantes da região como as ditaduras e os sultanados.

Este trabalho busca entender o papel do tipo de regime neste cenário, se a estrutura monárquica foi a principal responsável pela manutenção dos reis e emires no poder. Pois, a grande parte das lideranças dos países republicanos e ditatoriais não-monárquicas da região sofreram violentas quedas, como o Egito, Síria e Tunísia – países cuja queda das lideranças resultou em cenários completamente diferentes. Embora este trabalho tenha como base a teoria institucionalista, é importante ressaltar que ela é insuficiente para abarcar a complexidade do tema escolhido. Reconhece-se que a busca pela compreensão da estabilidade desses países não está restrita a perspectiva institucional, por isso, faz-se necessário abordá-lo por outras perspectivas teóricas como a culturalista, teoria dos jogos e a econômica. Os casos

---

<sup>5</sup><https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/syria> acessado em 16/09/2018

cuja estabilidade é analisada são: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Jordânia, Kuwait, Marrocos, Omã; vis-à-vis outros processos de transição política, os casos escolhidos aqui são os países monárquicos membros da Liga Árabe.

Analisa-se, então, a estabilidade das monarquias dentre os países membros da Liga Árabe, em busca de uma combinação própria de fatores que contribua para a estabilidade dentro da região. O próprio momento histórico já constitui uma razão para a estudar a região com mais cuidado, devido ao o momento pós-Primavera Árabe, as crises enfrentadas na região: como guerra da Síria, maior trânsito migratório da história, causando uma nova configuração no norte da África e no continente europeu, e como alguns países não foram atingidos por essa situação. Desde do período anteriormente citado, o número de trabalhos sobre o oriente médio aumentou, assim como a disposição de dados sobre a região, o que favorece a construção do trabalho. Outra motivação é o fato da região possuir diversos tipos de regime – ditaduras, uma democracia, monarquias autoritárias, monarquia constitucional, sultanado- , todos acomodados dentro de um bloco – a Liga Árabe. É uma região rica em particularidades e questões. Busca-se, nesse trabalho, entender o papel do regime de governo para a criação e manutenção da estabilidade.

A metodologia utilizada por esse trabalho será a análise dos casos pela perspectiva da política comparada e uma posterior utilização da técnica *qualitative comparative analysis (qca)* para na busca da combinação dos fatores necessários para descrever a estabilidade das monarquias da região. As categorias escolhidas envolvem fatores institucionais, legais, econômicos e estratégicos; sendo eles: Tipo de Regimes, Países com constituição, Cobrança de impostos, Grau de liberdade – segundo a escala da Freedom House - e Percentual de gasto do PIB com defesa mundial e local.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Nesta seção são apresentados os principais autores que embasaram esse trabalho teoricamente e metodologicamente. Foram utilizados autores da teoria democrática: Michael Doyle a partir da teoria da paz democrática; Samuel Huntington teoria das ondas democráticas e Larry Diamond que faz parte de teoria democrática contemporânea e estuda o Oriente Médio. Wright através de estudos sobre a estabilidade, Knutsen com estudo sobre o período de sobrevivência de regimes. Alfred Stepan, que faz uso da política comparada para estudar os processos pelo qual o mundo árabe tem passado e aborda o papel do regime monárquico na atualidade. Autores que desenvolveram a teoria do Estado Rentista: Mahdavy, Luciani e Beblawi, Matthew Gray e Victor Menaldo com trabalhos sobre as monarquias árabes.

A metodologia de análise utilizada será a combinação de estudos de política comparada dos casos precedido de uma *Qualitative Comparative Analysis (QCA)*. A opção por essa modalidade foi feita pela sua capacidade de analisar um pequeno número de casos complexos, com mais profundidade que os métodos quantitativos unicamente. Ele será utilizado nesse trabalho por fornecer a possibilidade de escalonar diferentes graus de associação e fornecer associações parciais ou completas. Essa metodologia é indicada para pesquisas com número pequeno ou intermediário de casos.

A *Qualitative Comparative Analysis (QCA)* foi criada por Charles Ragin no livro “The Comparative Method: moving beyond qualitative and quantitative strategies”, lançado em 1987, criado com o intuito de explicar sem abrir mão da profundidade. O método utiliza ferramentas quantitativas e qualitativas, fazendo uso de princípios da álgebra booleana para a comparação qualitativa de casos complexos. Essa comparação é feita através da análise das configurações das categorias, que são levantadas a partir da teoria. A base matemática do método segue princípios da lógica, sobre a noção de condições necessárias e suficientes, e da teoria dos conjuntos, em relação aos graus de pertencimento. (FREITAS, V; NETO, F. 2015). A proposta, na criação do QCA, é de condensar métodos baseados em estudos de casos e a lógica matemática em um método geral de comparação (RAGIN, 1987).

O QCA possui três variantes: *crisp-set*, *ms-set* e o *fuzzy-set*, neste trabalho faz-se a opção pelo *crisp-set*, no qual se atribui dois valores para a categoria, fazendo uso da lógica binária, os valores podem ser 0 ou 1. Costuma-se associar o 1 à presença de determinado fenômeno e, 0 à sua ausência. Esses valores são introduzidos em uma tabela verdade, para analisar a partir dos fundamentos da lógica a relação entre as categorias. Pode-se também mensurar a relação entre as categorias através de intervalos, como faz o *fuzzy-set*, onde cria-se

um intervalo e os valores encontrados neste intervalo medem o grau de pertencimento de determinada categoria ao evento. Assim, quanto mais valores forem estabelecidos dentro do intervalo, maior o número de possíveis combinações lógicas (FREITAS, V; NETO, F. 2015).

Nesta dissertação as Categorias são: tipos de Regime – Monarquias ou Repúblicas -, Países com constituição, Cobrança de impostos, Grau de liberdade – segundo a escala da *Freedom House* - e Gastos militares relativos – em relação ao mundo e a região do Norte da África e Oriente Médio. Após a análise dos casos será possível determinar qual combinação das categorias apresentadas é determinante para obtenção do cenário estabilidade nas monarquias árabes.

## 2.1 CONCEITOS-CHAVE

Sobre a conceito de **Estabilidade**, este trabalho faz uso da perspectiva institucionalista, por isso conceitua estabilidade como: a manutenção da estabilidade institucional (KNUTSEN ET AL, 2015). Outra forma de conceber estabilidade pode se dar como manutenção da estrutura do regime, mesmo com a mudança de líderes, a manutenção do regime se daria a pela permanência dos detentores do poder “de fato”, figuras que podem ou não estar concentrados na figura do líder (WRIGHT, J; BAK, D, 2016).

No tocante ao entendimento de **Rentismo**, vem do conceito de "estado rentista", que foi idealizado por Mahdavy na década de 1970. A primeira definição de Estados Rentistas foi apresentada como: "países que recebem, com regularidade, montantes substanciais de renda externa, que são aquelas pagas por indivíduos estrangeiros ou governos de um outro país" (MAHDAVY, 1970, 74). Segundo esse conceito, a renda desses Estados é obtida de forma independente do trabalho e representaria que as receitas do Estado, em parte ou totalmente, pois viria da extração recursos naturais como petróleo e gás (MAHDAVY, 1970), os quais são os casos abordados pelo autor. Outros autores desenvolveram o conceito e aplicaram-no a um número maior de países nas décadas de 80 e 90, Beblawi (1987) e Luciani (1990) não ficaram restritos ao Irã e expandiram suas pesquisas para o Golfo Pérsico, em especial. Para um país possuir um regime rentista, os custos da extração de petróleo e gás devem ser relativamente baixos, quando comparados ao lucro gerado, essa proporção de preços de extração/lucros deve funcionar de modo que o recurso natural seja percebido como um "*free gift of nature*" (BEBLAWI, 1987). Os autores elaboraram critérios de classificação de Estado como rentista, este necessita observar essas quatro características essenciais (BEBLAWI, 1987): a) a renda pode não ser o único tipo de renda na economia, mas deve ser

predominante; b) a origem dessa renda deve ser externa; c) o Estado deve ser o receptor dessa renda e d) uma minoria da população deve ser envolvida na geração da renda, enquanto a maioria está envolvida apenas na distribuição ou utilização da mesma.

Por fim, é importante expor o conceito de **Monarquia** operado neste trabalho, pois Monarquia é aprioristicamente direto: o cargo de Chefe de Estado deve ser uma posição vitalícia, deter um considerável grau de poder e a ascensão ao poder deve ser através de um processo dinástico (STAVESTRAND, 2013). Ao utilizar esses três fatores é possível fazer uma diferenciação entre as monarquias tradicionais (STEPAN, 2014) e certos regimes autoritários, nos quais o chefe de Estado é regularmente substituído.

## 2.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Michael Doyle, em 1983, desenvolveu a Teoria da Paz Democrática com o lançamento de *Liberal Peace: Selected Essays*. Segundo esta teoria as democracias apresentariam maior resistência a participarem de uma guerra contra outros países. Haveria maior resistência, pois haveria muitas barreiras internas para uma mobilização desta magnitude, os *police-makers* não iriam agir de modo que desagradasse seu eleitorado. Por isso, segundo essa teoria, a ideia de duas democracias entrando em uma guerra uma contra a outra era praticamente desconsiderada, pois haveria muitos fatores impeditivos para os dois países. Mesmo que o ponto central desta teoria fosse em relação a política externa, este argumento serviu como base para a propagação do modelo democrático e teve seu papel dentre os argumentos sobre a estabilidade dos países com governos democráticos. A questão democrática é levantada de antemão pela existência, na ciência política, de uma suposta predileção do arcabouço democrático dentre outras formas de regimes políticos. Ainda que, os pesquisadores ainda não tenham estabelecido uma unanimidade sobre o conceito de democracia (GAMA NETO, 2011). Doyle inspirou este trabalho à medida que argumenta sobre os entraves resultantes das instituições democráticas dificultariam a participação em uma guerra pelos países democráticos, no entanto, essas instituições não foram capazes de produzir estabilidade interna e evitar guerras civis e as ondas de retorno apresentadas por Huntington.

Samuel Huntington desenvolve a teoria das ondas de democráticas, em 1994, segundo a qual deslocamento para regimes democráticos se daria por temporadas, o autor as considera como ondas democráticas. As ondas democráticas foram desencadeadas por acontecimentos históricos específicos, conta três ondas e duas ondas de regresso, três ondas democráticas e

duas de contra movimento (autoritarismo) em reação às anteriores (HUNTINGTON,1994). Segundo Huntington, a primeira onda, também chamada de grande onda, por ter durado aproximado 100 anos, ocorreu entre 1828 e 1926 teve forte influência das revoluções Americana e Francesa, Estados Unidos, Suíça, França e Grã-Bretanha são exemplos de países que se democratizaram antes do final do século XIX, seguidos pela Itália e Argentina após a primeira a Primeira Guerra, ao longo desses cem anos, mais de trinta países estabeleceram instituições democráticas nacionais mínimas. (HUNTINGTON,1994). As ondas reversas aconteceram em países que haviam implementado a democracia tardiamente, no início do século XX, as quais as instituições democráticas ainda não estavam firmemente consolidadas. O marco da onda de regresso foi ascensão de Mussolini ao governo italiano, a onda de regresso se alastrou até as frágeis democracias do Leste Europeu, os governos minimamente democráticos da Lituânia, Polônia e Letônia foram derrubadas por golpes militares. E a onda de regresso culminou com a chegada de Hitler ao governo alemão, que acabou com a democracia alemã, provocou o fim da democracia austríaca no ano seguinte (HUNTINGTON,1994).

A segunda onda de democratização – também conhecida como onda curta - teve início com a Segunda Guerra Mundial. Os Aliados - União Soviética, Estados Unidos, Império Britânico e China – ao ocupar os territórios pertencentes ao Eixo – Itália, Alemanha e Japão – inauguraram uma série de instituições democráticas na Alemanha Ocidental, Japão, Áustria, Itália e Coreia. Outros países atingidos pela segunda onda foram: Turquia, Brasil, Grécia, Costa Rica, Argentina, Peru, Colômbia e Venezuela. Estes países convocaram eleições e implementaram governos eleitos pelo povo. Porém, a onda de regresso veio no final dos anos 1950, e foi marcada pelo retorno dos regimes autoritários nesses quatro países latino-americanos (HUNTINGTON,1994). A terceira e última das ondas democráticas teve início em 1974 com a Revolução dos Cravos, que resultou na deposição do regime de Marcelo Caetano em Portugal, sendo seguida de transições de regime na Grécia e Espanha. No final da década de 70, a terceira onda se espalhou para países da América Latina e para a região do Pacífico, com o fim da URSS a terceira onda atingiu o leste Europeu. No entanto, regiões como o Oriente Médio e o Norte da África a seguiam até o Primavera Árabe, salvo o Líbano por um curto espaço de tempo, sem nenhuma democracia árabe na região. O Oriente Médio foi a principal exceção à globalização da democracia no mundo, essa anomalia tende a ser relacionada à religião ou à cultura, pois os únicos aspectos que os países compartilham é a etnia árabes e a religião, o Islã (DIAMOND, 2011).

Larry Diamond discorre sobre democracia, e os processos de transição democrática, se debruçando também aos estudos do Oriente Médio. O autor analisa a região sob uma ótica bastante abrangente: considera o histórico colonial de cada país, suas principais relações dentro e fora do bloco, o contexto mundial e da região. Aponta a forte influência da Arábia Saudita na região, agindo como um ímã que conduz as ações do Bahrein, Omã; tanto nas ações intrabloco como externas. Ele enxerga a incongruência entre os princípios da religião e da cultura islâmica e o regime democrático ocidental cuja igualdade, um dos princípios básicos, dificilmente seria implementada, mas o autor fora confrontado com o caso da Tunísia, mas não deixou de apontar a inviabilidade de instaurar uma democracia nos moldes ocidentais. Há uma mistura entre autoritarismo e mecanismos de representação, consulta e cooptação; ao mesmo tempo que a região tem a maior proporção do PNB em gastos em segurança, os países criam conselhos consultivos e permitem uma relativa participação popular (DIAMOND, 2011). O que transformaria parte dos regimes da região em Autocracias liberalizadas, nas quais há traços de um pluralismo orientado, eleições controladas e repressão seletiva, como no Egito, Jordânia, Kuwait, Marrocos e Argélia (BRUMBERG, D. 2002). Em recentes trabalhos sobre a democracia, *Facing Up to the Democratic Recession* (2015), Diamond levanta questão da recessão democrática no mundo, cujo grupo de países democráticos, 20 anos após o fim da terceira onda democrática perdeu cerca de 20% dos seus membros, o autor aponta que na maior parte dos países a democracia não chegou estabelecer instituições realmente democráticas, reforçando o *rule of law*, o que dificultou a permanência de um regime democrático na região. O autor utiliza os estudos Huntington, para debater o porquê dos países Árabes não sofrerem os efeitos da 3ª onda democrática, e aponta como uma das variáveis a serem consideradas a presença de petróleo na região, e suas consequências para as políticas internas dos países minando o recolhimento de impostos e a capacidade de *accountability* da população.

Outro autor relevante é Alfred Stepan que trata da transição do regime tunisiano em “*A transição na Tunísia e a Mútua tolerância*” (2014). E, no mesmo ano rebate a hipótese da ausência de impostos ser a razão da não insurreição contra governos autoritários no Oriente Médio em *Monarquias parlamentares democráticas* (2014). Stepan argumenta que utilizar o rentismo para explicar a ausência de insurreições nos estados do Oriente Médio possuidores de petróleo é insuficiente e expõe variáveis como carisma dos líderes e religiosidade, mostrando que essas desempenham um papel importante para análise dos casos. Stepan, em *Monarquias Parlamentares Democráticas* (2014), utiliza o exemplo do Marrocos e da Jordânia, os quais coletam impostos da população, tendo o Marrocos, inclusive, um imposto

de renda maior de 30%, os Estados não sofreram grandes abalos na Primavera Árabe. Esses países presenciaram várias manifestações, em especialo Marrocos, que sofreu mudanças na sua constituição, tais protestos reclamavam por abertura e maior participação popular, mas não visavam, em sua maioria, depor os monarcas. Ambos são monarquias, recolhem impostos mas têm características bastante diferentes: a Jordânia, uma monarquia constitucional com traços de autoritarismo e uma forte interferência da vida política e econômica do país, e Marrocos uma monarquia constitucional que segue o molde da monarquia espanhola, confere um grau de liberdade para a população e possibilidade de participar da vida pública do país. A grande contribuição de Stepan para o debate é demonstrar como o argumento econômico por trás da variável rentismo é muito simplista para atender esse tipo de questionamento; além da criação das classificações dos tipos de monarquias em Monarquia Governante, Monarquia Constitucional e Monarquia Autoritária, demonstrando que não há incongruência entre o regime monárquico *per se* e a existência do arcabouço democrático (STEPAN, 2014).

Outro marco teórico importante para o desenvolvimento deste trabalho foi a criação do conceito de "estado rentista", que já fora apresentado anteriormente, foi idealizado por Mahdavy (1970) na década de 1970 quando buscava compreender a dinastia Pahlevi no Irã, portanto tal conceito surgiu especificamente para entender aquele país. Segundo esse conceito, a renda desses Estados é obtida de forma independente do trabalho e representaria as receitas do Estado, em parte ou totalmente, pois viria da extração recursos naturais como petróleo e gás (MAHDAVY, 1970), e os quais são os casos abordados pelo autor.

Nas décadas de 1980 e 1990, Beblawi (1987) e Luciani (1990) embasaram-se na pesquisa de Mahdavy, mas não ficaram restritos ao Irã e expandiram suas pesquisas para o Golfo Pérsico, em especial. Os autores refinaram a teoria: para um país possuir um regime rentista, os custos da extração de petróleo e gás devem ser relativamente baixos, quando comparados ao lucro gerado, essa proporção de preços de extração/lucros deve funcionar de modo que o recurso natural seja percebido como um "*free gift of nature*" (BEBLAWI, 1987). A classificação de um estado como rentista já foi apresentada e consiste em quatro condições, mas apesar da satisfação das quatro condições, o papel do Estado nas economias baseadas no petróleo ainda pode variar em relação aos Estados não-rentistas, por isso é necessária uma diferenciação entre Estados predominantemente "alocadores" e "produtores" de petróleo (LUCIANI, 1990). O Estado que desempenha a função de alocador tem como principal função a distribuição da renda gerada pela venda do recurso natural no mercado externo, e para ser definido como tal boa parte de suas receitas – acima de 40%- devem provir

principalmente do petróleo ou outras fontes externas, e cujas despesas representam uma significativa parcela do PIB. Dessa forma, o Estado desempenharia a o papel de distribuidor de renda quase que inevitavelmente (LUCIANI, 1990). Dessa forma, a renda advinda do mercado externo consiste em um aparato de sustentação essencial aos regimes autoritários em Estados rentistas (BEBLAWI, 1987). Uma vez que a economia desses Estados é controlada pelos seus governos, os quais são detentores da principal fonte de renda do país, a população tenta organizar-se a fim de obter benefícios sobre essa renda. Em boa parte dos Estados, praticamente não há o recolhimento de impostos da população e, por isso, resultaria em cidadãos menos exigentes em relação de participação política (BEBLAWI, 1987). A consolidação da democracia no Ocidente teve dentre suas origens uma espécie de associação fiscal, onde há uma troca de montantes entre Estado e sociedade, mas no caso dos Estados rentistas, o Estado não necessita recolher impostos dos cidadãos, tendo assim uma autonomia muito maior que os Estados democráticos (BEBLAWI, 1987).

A ideia da ausência de *accountability* como suposição básica dos Estados Rentistas, a qual o estado recebe renda externa, através da venda de seu produto, e a distribui para a sociedade dispensado-a de pagar impostos, diminuiria a necessidade estatal de oferecer concessões à sociedade ou precisar fazer barganhas para manter-se no poder não possui capacidade explicativa para analisar o comportamento de parte dos estados após os anos 1990 (GRAY, M. 2011). Gray (2011) identifica dois momentos diferentes da Teoria dos Estados Rentistas, a primeira se estende até os anos 80, e a segunda é utilizada para analisar os países do Golfo, devido a um novo padrão de comportamento desses Estados e da forma que o dinheiro é utilizado. As particularidades dos países pertencentes ao Conselho de Cooperação do Golfo: Bahrein, Kuwait, Catar, Omã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos são ressaltadas por pesquisas mais recentes sobre a Teoria dos Estados Rentistas (GRAY, M. 2011). Os Estados do Golfo aprenderam com as crises do petróleo que sua sobrevivência de longo prazo não poderia estar unicamente relacionada à exploração de um único bem, por isso tornaram-se mais globalizados e investem a sua riqueza desenvolvendo suas economias e sociedades, e criando empregos para os seus habitantes (GRAY, M. 2011). Os estados do Golfo trabalharam na construção de uma nova imagem mundial, sendo Dubai uma das principais representantes dessa imagem. Imagem a qual não despreza por completo o conceito de democratização, mas que ao mesmo tempo não abre mão de certos paradigmas, como a centralização da autoridade e da economia nas mãos dos líderes. Dessa forma esses estados não podem ser explicados pelas teorias anteriores.

A manutenção e persistência dos estados monárquicos é tema abordado por Menaldo (2012), o qual sugere que a junção de uma cultura que favoreça a permanência desse tipo de regime na região com a resiliência dos monarcas, à qual o autor atribui ser a sua principal causa. Uma vez que todos os monarcas da região permitiram a criação de constituições, e instituições que diminuiriam-lhes ou restringiriam-lhes o poder de fato, os monarcas buscariam adaptar-se às situações, o que as fariam mais estáveis e duradouras que as repúblicas da região. Outro ponto que contribui para a estabilidade das monarquias árabes é a estrutura do regime é associada ao maior respeito a direitos de propriedade, desenvolvimento de *Rule of Law* e é negativamente associada à conflitos violentos em grandes escalas, diminuindo as ameaças ao regime (MENALDO, 2012). Monarquia não é sistematicamente associada a protestos civis, e esses resultados se mantiveram após a inclusão de variáveis de controle. A monarquia teve sucesso nessa região pois em meio estrutura tribal que predominou até o século XVII a estrutura monárquica fornece uma previsibilidade, tanto de como o regime será governado, como as contingências serão tratadas e sobre a sucessão política, além da criação de lugares públicos de discussão como Conselhos, legisladores (MENALDO, 2012). Essa previsibilidade impulsionou crescimento econômico, favoreceu a articulação das elites nacionais, que estavam hábeis a programar-se para o longo prazo. Então, a implementação da cultura monárquica na região foi extremamente vantajosa para as elites e a economia de modo geral, o que contribuiu para conferir-lhe legitimidade. A responsável pela permanência dos regimes monárquicos a região foi a capacidade de adaptação dos monarcas, embora cada país tenha usado estratégias próprias, mas a resiliência para adaptar-se às situações, ora permitindo a participação, ora a competição, foi o ponto em comum entre eles (MENALDO, 2012).

### 3 PROBLEMATIZAÇÃO

Há algum tempo os autores buscam explicar os caminhos percorridos pelas sociedades e identificar as causas que as levaram a estar naquela situação específica seja: em um cenário de crescimento econômico, retração, governo autoritário, democrático, sistema de governo adotado e *rule of law*. A estabilidade já foi explicada por uma série de fatores geralmente associados à economia e ao capital social - de difícil conceituação e mensuração-, já fora, inclusive, associada a formas específicas de governos como algo típico de democracias. Defensores da democracia, como Michael Doyle, em *Liberal Democracy*, segue a linha kantiana ao afirmar que democracias tenderiam a ser mais pacíficas em detrimento a outros tipos de regime, devido à dificuldade em obter apoio interno para se entrar em uma guerra, as instituições democráticas se tornariam obstáculos à entrada em campanha. No entanto, essa dificuldade operacional para entrar em conflitos externos não traduz em estabilidade interna, o que não impediu guerras civis e deposições de governo. Por isso, a Teoria da Paz Democrática serviu como provocação para a concepção desta dissertação uma vez que se mostrou insuficiente para explicar a paz e a estabilidade (embora esta última não tenha sido o objetivo do autor) dos estados democráticos. Uma vez que estabilidade, paz e democracia não estão diretamente relacionados.

Estudos sobre a estabilidade de governos, mensuradas em anos de duração, conhecidos como períodos de sobrevivência, comparam países com governos semidemocráticos, democráticos e autoritários, e tanto países democráticos quanto autoritários apresentam maiores períodos de sobrevivência que as semidemocracias (KNUTSEN ET AL 2015). Os estados autoritários possuem mais anos de estabilidade que às democracias, fato que contraria o senso da democracia ser o tipo de regime mais estável, não estando a estabilidade diretamente ligada à democracia (KNUTSEN ET AL 2015).

Uma questão a ser levantada é a presença de poucos estudos que analisam especificamente a estabilidade dos países do Oriente Médio, os quais passaram intocados pela terceira onda democrática dos anos 80 e que teve como marco a Revolução dos Cravos em Portugal, onda democrática que abarcou parte dos países periféricos (DIAMOND, 2015). Uma das explicações para a terceira onda não ter atingido o Oriente Médio é que no final da década de 70 o Oriente Médio passava por um momento de crescimento econômico devido a Crise do Petróleo em 1972 (LEVI, 2014), da qual obteve bastante lucro e um aumento nas parcerias comerciais. E situações de crescimento econômico não favorecem a transição de regimes.

Após guerras como a Segunda Guerra do Afeganistão de 2001, que teve início como resposta do ao atentado do 11 de setembro de 2001, e do Iraque de 2003, os holofotes voltaram-se novamente para o Oriente Médio ao final da primeira década do século XXI, com a Primavera Árabe. Como foi dito anteriormente, a região não pode ser vista como uma unidade, nem ser explicada tomando por base o conjunto de países que compõem o bloco, cada um possui suas particularidades: leis mais rígidas (Arábia Saudita, Omã), forma de governo diferentes, constituições mais rígidas. Por ser tão diversa, pode comportar até mesmo uma democracia como é o caso da Tunísia, que é considerada segundo a *Freedom House* um país livre, as insurgências contra os regimes autocráticos do Oriente Médio e Norte da África são exemplos para rebater à teoria da incongruência entre o Islamismo e democracia defendida pelo senso comum (DIAMOND, 2012). Autores como Diamond, defendem que a incongruência não estaria na religião islâmica em si, mas na etnia, em *Por que não há democracias Árabes?*. Mas este não será o foco do presente trabalho.

Anos após o início da revolução deparamo-nos com quatro cenários específicos no MENA: uma democracia (Tunísia), uma semidemocracia que passou pelo processo eleitoral com um índice de mais de 50% de abstenção e se transformou em uma ditadura militar através de um golpe (Egito), guerra civil (Líbia, Iêmen e Síria) e países sem fortes alterações no regime vigente – Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Líbano, Marrocos e Omã. Dentre os oito países que não sofreram fortes alterações de regime seis são monarquias, Argélia e Líbano, as duas não monarquias do grupo não afetado, sofreram fortes guerras civis no final no século XX.

A Argélia passou por duas guerras civis no século XX, a primeira entre 1954 e 1962 cujo principal objetivo foi desvincular-se do domínio francês, sob o qual estava desde 1830, obtendo a independência nacional. Mas a independência não se deu de modo pacífico, pois os dois principais partidos: Frente de Libertação Nacional (FNL) e Movimento Nacional Argelino (MNA), que apoiaram a independência divergiam no modo de como o país deveria ser regido. A Frente de Libertação Nacional venceu o Movimento Nacional Argelino após vários conflitos e a França reconheceu a independência do país em 5 de julho de 1962. Menos de trinta anos depois, em 1991, a Argélia passa por outra guerra civil, que se estende até 2002. A Segunda Guerra Civil da Argélia resultou de um conflito armado entre o governo argelino e grupos de rebeldes islâmicos, que teve um número de mortos estimado entre 150 mil a 200 mil. O conflito terminou após a rendição da Exército de Salvação Islâmica e a derrota do Grupo Islâmico Armado em 2002 pelas forças do governo. No entanto, o país ainda possui conflitos internos de baixa intensidade em alguns locais, o que o faz alocar seus recursos e

esforços na estabilização interna. Já a Guerra Civil Libanesa se deu devido a conflitos árabes e israelenses pela posse do território da Palestina. O Líbano também fora colônia francesa até 1943, no entanto tinha seu território anexado ao da Síria que não reconhecia a independência do país. O país também tinha dificuldades em produzir coesão interna, devido às divisões religiosas: uma minoria de cristãos maronitas, descendentes dos cristãos que haviam realizado as cruzadas, e uma maioria muçumana. Tal divisão, refletia a incapacidade do governo em estabelecer uma centralização jurídico-administrativa no país, cada região era governada de acordo com o grupo local preponderante, o que acentuava os antagonismos e a hostilidade. As guerras sucessivas entre árabes e israelenses contribuíram fortemente para a eclosão de uma guerra civil no Líbano, uma vez que a ocupação israelense de parte do território palestino obrigou um imenso contingente populacional a se deslocar para os países vizinhos, ficando o sul do Líbano sobrecarregado com a presença dos palestinos. Dessa forma, os grupos populares muçulmanos começaram a enfrentar os cristãos, o que resultou em uma guerra civil que perdurou quase dez anos, de 1975 a 1985. Um fator decisivo para o fim da guerra foi o envio de tropas israelenses para o sul do Líbano pelo ministro da Defesa de Israel Ariel Sharon, em 1982, a partir desse momento, a guerra terminaria três anos depois e um governo de maioria cristã e pró-Síria seria estabelecido. O que não resultou em uma coesão interna.

Das oito monarquias árabes, Bahrein, Jordânia e Marrocos conviveram com protestos de grande escala, no primeiro caso o regime foi mantido graças ao apoio militar externo, da Arábia Saudita, nos casos da Jordânia e do Marrocos a monarquia constitucional se manteve graças às alterações constitucionais. Os regimes monárquicos conseguiram se manter, entretanto, três das onze não-monarquias que compõem o MENA tiveram seus líderes políticos depostos.

O Marrocos e a Jordânia coletam impostos da população, o primeiro, inclusive, pode recolher até a alíquota de 33% em cima da renda, ambos são classificados como parcialmente livres pela *Freedom House*, em 2017. Outro ponto que é importante ressaltar é que a existência de regimes monárquicos não se opõe ao arcabouço democrático, como o apresentado em *Monarquias Parlamentares Democráticas* (STEPAN ET AL, 2014), uma vez que as monarquias não podem ser entendidas como um conjunto uniforme, uma vez que abrange estados autoritários como a Arábia Saudita, Bahrein e Catar, e democráticos como Espanha, Inglaterra e Holanda. Ao considerar os fatores religião e cultura em *Por que não há democracias árabes?* (DIAMOND, 2014), o autor conclui que a dificuldade do estabelecimento de uma democracia estaria associada à etnia árabe, uma vez que analisa 28 estados muçumanos e encontra democracias em estados não árabes. No caso do Marrocos,

um dos poucos Estados da região a coletar impostos, ocorreu uma série de reformas na legislação que resultou em uma nova constituição em 2011, devido aos protestos no país, um desses movimentos foi chamado de M20. No entanto, o regime monárquico constitucional foi mantido. O Marrocos é um dos poucos países da região considerados parcialmente livres segundo a *Freedom House*, pois a população tem uma série de direitos políticos podendo eleger seus parlamentares e se fazer representar na câmara baixa, no entanto o rei tem o poder de dissolvê-la, assim como pode intervir em outros âmbitos. A Jordânia possui um sistema monárquico bastante peculiar, a família real é bem quista pela sociedade, cujo Estado é o maior empregador do país, sendo responsável por empregar dois terços da população. Devido a esse cenário, existe a possibilidade de considerar o clientelismo como um dos fatores para a estabilidade desse país, que ainda possuía um índice de desemprego de 15,4% <sup>6</sup>, em 2016, e com 15% dos habitantes abaixo da linha de pobreza, em 2007<sup>7</sup>. Por ser um país pobre em recursos naturais apresenta um dos menores Produtos Internos Brutos da região, cuja composição é 66,8% do setor de serviços, 28,9% indústria e 4,3% agricultura; dentre as principais atividades encontra-se o turismo que é uma das principais atividades do país. Sua capacidade energética é bastante limitada, fazendo uso do gás natural sua principal fonte energética e importando petróleo do Iraque, o que faz com que sua balança comercial seja regularmente deficitária.

O que vai de encontro a hipótese que a manutenção dos sistemas monárquicos da região não sofreria grandes impactos com revoltas devido ao dinheiro do petróleo, uma vez que nem todas as monarquias árabes o possuem. Todavia não seja suficientemente forte para explicar a estabilidade das monarquias árabes, devido aos casos do Marrocos e da Jordânia, a hipótese do rentismo não pode ser desconsiderada no todo. Pois os países do Golfo Pérsico alocam boa parte do dinheiro da venda do petróleo no desenvolvimento da sociedade (GRAY, 2011) e no setor de defesa, o que contribui para a estabilidade. Segundo o *SIPRI Yearbook 2017 Armaments, Disarmaments and International Security* do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)<sup>8</sup>, os altos preços do petróleo nos últimos dez anos apresentaram correlação com maiores gastos militares, assim como a queda no preço do petróleo com uma diminuição desses gastos. A diminuição na arrecadação dos países do Golfo, exportadores de petróleo, os faz reestruturar o orçamento de modo geral, ao cortar gastos sociais tende a aumentar a chance de instabilidade. Então, o rentismo tem um papel importante na

---

<sup>6</sup><https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/jo.html> acessado em 20/09/2018.

<sup>7</sup>[https://www.inde https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/fields/print\\_2046.html](https://www.inde https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/fields/print_2046.html) acessado em 20/09/2018.

<sup>8</sup><https://www.sipri.org/sites/default/files/2017-09/yb17-summary-eng.pdf> acessado em 20/09/2018.

estabilidade dos países que se encaixam nesse grupo, mas ainda não se pode corroborar a hipótese do rentismo provoque a estabilidade e inviabilize a *accountability* vertical sobre os monarcas.

Em meio a tantas diferenças a problemática do artigo consiste em ao classificar os países como estáveis ou não e entender que fatores contribuíram para que essa estabilidade tenha ocorrido, que categorias combinadas ao contexto do país e da região confluem para a estabilidade.

Nesta dissertação, realizou-se um levantamento bibliográfico de trabalhos que abordaram a estabilidade e instabilidade de regimes, democracia, autocracia e a análise dos casos. Após a fase de levantamento da literatura iniciou-se a escolha das categorias que a literatura apontava como relacionadas à estabilidade, após a seleção das categorias a próxima fase é descrição detalhada dos casos iniciar uma análise comparativa. Os dados utilizados foram retirados dos bancos de dados do Banco Mundial, The World Factbook - CIA, Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI, *Freedom House* e *Polity IV*).

## 4 O REGIME MONÁRQUICO NO ORIENTE MÉDIO

### 4.1 ANÁLISE GERAL DOS CASOS

Ao enquadrar monarquia no conceito citado anteriormente, é possível observar que a prática da sucessão hereditária e da presença de um Chefe de Estado com amplos poderes tem longas tradições no Oriente Médio, embora poucas das oito monarquias remanescentes na região tenham uma história que remonta a mais de um século. O título árabe *Malik*, termo traduzido como rei, tinha uma conotação negativa na região antes do século XX, do domínio europeu. Esse cenário mudou no início do século XX, quando SharifHussein declarou-se rei do Hijaz, em 1916, que o fez dessa forma para imitar os monarcas europeus, que desde a expansão do poder imperial ocidental no Oriente Médio no século XIX.

Com o fim do Império Otomano, no final da Primeira Guerra Mundial, a monarquia se tornou o tipo preferido de regime nos recém-formados estados árabes. Havia grupos de monarquias no Oriente Médio que existiram no século XIX: o primeiro grupo surgiu em sociedades tribais - a maioria na Península Arábica, mas também na Transjordânia, relativamente subdesenvolvida -, o segundo mais alinhado com a Europa e o terceiro das monarquias que existiam desde o século XIX - Marrocos, Irã e o Império Otomano (AYALON, 2000). No primeiro grupo, a influência estrangeira era relativamente fraca e os monarcas frequentemente mantinham títulos árabes como *emir*, *sultão* ou *imã*. O segundo grupo de monarquias - Egito, Iraque, durante o reino da Síria – baseava-se no modelo europeu de monarquia e atribuía maior importância à soberania e à construção de um aparato estatal moderno. Esses utilizaram o título de rei e adequaram-se para a aceitar limitações nos seus poderes, por meio de parlamentos e constituições. No entanto, apesar do aparato constitucional, os reis árabes foram capazes de manter uma estrutura sem uma real separação de poderes (AYALON, 2000).

Pouco após a adesão ao regime monárquico por parte dos países árabes, a Monarquia começa a perder sua influência no mundo. Após a Primeira Guerra Mundial, várias das monarquias recém-criadas enfrentaram revoltas internas nas décadas de 1920 e 1930 - como a revolta xiita no Iraque e a submissão do Ikhwan na Arábia Saudita - surgiram ameaças antimonárquicas mais decisivas (AYALON, 2000). Ao longo da década de 1950, os reis do Egito e do Iraque, duas das monarquias mais progressistas, foram derrubados em golpes de Estado. O que ocorreu posteriormente no Iémen e na Líbia, na década de 1960. Como Ayalon (2000) aponta, as monarquias aparentemente modernas foram as primeiras a

serem derrubadas. No entanto, com a derrota do Egito e da Síria para Israel em 1967, na Guerra dos Sete Dias, o impacto do movimento revolucionário e antimonárquico do Oriente Médio, liderado por Nasser, estava desaparecendo, o que favoreceu a manutenção das monarquias árabes remanescentes.

As oito monarquias árabes que sobreviveram aos tumultuosos anos 1950 e 1960 podem, segundo Halliday (2000), ser divididas em quatro grupos. Marrocos e Omã foram ambos sultanatos estabelecidos que fizeram a transição para um Estado com apoio colonial; Jordânia foi inteiramente uma criação britânica; a Arábia Saudita surgiu como resultado da conquista tribal; e os estados menores no Golfo Pérsico eram cidades que se tornaram estados em grande parte devido à iniciativa petrolífera e colonial. E essa pluralidade de constituições, caminhos percorridos e influências externas diversas levaram esses países a apresentarem o mesmo tipo de regime e a manterem-se estáveis diante da instabilidade trazida pela Primavera Árabe. E apesar das divisões realizadas, os casos em análise não podem ser entendidos como grupos homogêneos.

#### 4.1.1 Arábia Saudita

O país possui uma população de 31,7<sup>9</sup> milhões de habitantes e renda per capita de aproximadamente 20.653 dólares<sup>10</sup>, além de ocupar uma posição geográfica central no Oriente Médio, fazendo fronteira com Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Kuwait e Omã. O Estado possui uma religião oficial específica, o Wahhabismo, uma versão ortodoxa da vertente sunita do islamismo. A família monárquica saudita é bastante numerosa, o que faz com que haja diversos grupos disputando pelo poder internamente. O soberano desde 2015 é Mohammad bin Salman, filho do rei Salman bin Abdulaziz al-Saud, o qual foi vice-príncipe herdeiro desde 2015, enquanto serviu como Ministro da Defesa e ocupava vários outros cargos oficiais. Bin Salman liderou um comitê encarregado de erradicar a corrupção no reino, essa foi uma das razões da sua popularidade em um primeiro momento, quando bin Salman ordenou a prisão domiciliar de dezenas de funcionários ricos e empresários, ordenou inclusive a prisão de membros rivais da família real. Os detidos foram forçados a entregar bilhões de dólares em ativos ao Estado.

A monarquiada Arábia Saudita se caracteriza por ser uma monarquia absoluta, na qual o governante tem plenos poderes, exercendo as funções administrativa, legiferante e

---

<sup>9</sup> Saudi Arabia profile - Freedom House, último acesso em 03/04/2018

<sup>10</sup> Saudi Arabia profile - Freedom House, último acesso em 03/04/2018

influencia no funcionamento da justiça, não havendo uma separação de poderes. O monarca tradicionalmente desempenha as funções do Poder Executivo, segundo a divisão clássica dos Três Poderes de Montesquieu, podendo acumular o papel de Chefe de Estado com a de Chefe de Governo. Mas no caso da Arábia Saudita, não há uma clara divisão entre os poderes e o monarca possui a capacidade de sobrepô-los. É um país que não possui uma separação dos poderes e cujos direitos políticos e liberdades civis são praticamente todos cerceados.

É um regime cuja existência depende de uma forte repressão, para tal conta com vigilância extensiva, criminalização da dissidência e apelos ao sectarismo (FREEDOM HOUSE, 2018). Em 2017, junto ao Comitê de Caça à Corrupção houve uma vasta perseguição a opositores e a grupos que lutavam pela obtenção de direitos políticos e sociais. O Príncipe da coroa também ordenou uma repressão aos pregadores populares e defensores da reforma, em setembro do mesmo ano. Essas detenções não se ativeram ao político do país, indicaram que os líderes do reino tinham pouco interesse em mudanças políticas, apesar do anúncio de planos modestos para aliviar alguns controles sociais, como a proibição de mulheres dirigindo.

No que tange ao poder Legislativo e incompetição pelo poder, não há eleições para a composição na política a nível nacional, nem para a assunção de cargos públicos os únicos funcionários eleitos trabalham em conselhos consultivos locais e têm praticamente nenhuma influência sobre as leis e políticas nacionais. Os partidos políticos são proibidos e a dissensão política é criminalizada. A Irmandade Muçulmana, organização política islâmica sunita, e o Hezbollah, grupo militante xiita, são consideradas como organizações terroristas. Não importa vertente religiosa - xiita ou sunita, islamita ou secularista – qualquer crítica ao regime ou pedidos de reformas políticas implicam na possibilidade de detenção arbitrária. Em relação à participação, mulheres e minorias religiosas sofrem grande discriminação legal e na prática, além disso, existe uma diferenciação nas condições de trabalho para a força de trabalho expatriada, que é frequentemente explorada.

O país possui uma constituição escrita em 1992, que fora promulgada por decreto do rei, é baseada principalmente no Alcorão e nas Sunas. O Judiciário não possui uma independência significativa, pois os juízes são nomeados e demitidos pelo rei, e o seu trabalho é supervisionado pelo Supremo Conselho Judicial, cujo presidente é o Ministro da Justiça, também nomeado pelo rei. Além dessa supervisão, existe, ainda, uma Comissão Especial de Peritos Judiciais responsável por emitir opiniões norteadoras para os juízes sobre como se deve interpretar a Sharia.

Os gastos públicos do país são quase em sua totalidade arcados pela receita do petróleo, uma vez que é o segundo país com maiores reservas de petróleo do mundo. O que o faz um estado rentista, não precisando coletar impostos para manter a estrutura estatal e oferecer serviços à população, assim, a não cobrança de impostos dos cidadãos desestimula o surgimento de grupos de oposição interna. Os que surgiram até o momento foram duramente reprimidos e não conseguiram mudar retirar a família real do poder.

Os gastos com defesa da Arábia Saudita são bastante altos, os maiores da região correspondendo a 9,85%<sup>11</sup> de seu PIB, em 2016, sendo o quarto país que mais investe quantitativamente em defesa do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia<sup>12</sup>. Mesmo ao comparar o percentual do PIB da Arábia Saudita ao percentual médio da região no MENA que é 6,02% do PIB, sendo a região que em relação ao PIB que possui gastos militares mais altos. A média mundial do percentual do PIB com gastos militares foi 2,2% em 2016<sup>13</sup>, fazendo da região e do país casos desviantes do padrão. No entanto, tais gastos são bastante compreensíveis em razão da sua centralidade na geopolítica regional.

No que tange às relações exteriores, o país faz parte da Liga Árabe desde sua fundação em 1945, é membro essencial da OPEP, uma vez que é o segundo maior produtor de petróleo do mundo, e possui grande influência regional. Em 2017, o país intensificou sua política externa, ao liderar um esforço regional para isolar e bloquear o Catar devido às suas relações com o Irã e a Irmandade Muçulmana. A Arábia Saudita também se empenha em uma campanha de mais três anos contra forças rebeldes no Iêmen, na Guerra do Iêmen, que teve início em 2015 e permanece até os dias de hoje, a qual gerou mais de 9 mil mortos e 52 mil feridos, além de um surto de cólera, sendo considerada a pior crise humanitária pela ONU<sup>14</sup>. Em relação à economia os principais parceiros comerciais da Arábia Saudita são a China, Estados Unidos, que lideram o ranking das exportações e importações<sup>15</sup>. Os principais produtos de exportação da Arábia Saudita são os derivados de petróleo – petróleo bruto 55%, petróleo refinado 10% e petróleo 2,3% - e polímeros de etileno 5,7%. O maior setor importado pelo país é o automotivo. A Arábia Saudita é um estado que tem a maior parte da sua renda resultante da venda do petróleo e que não recolhe impostos diretamente dos cidadãos, podendo ser enquadrado como um Estado Rentista.

---

<sup>11</sup><https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sa.html> acessado em 20/09/2018.

<sup>12</sup><https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/sau/> acessado em 03/04/2018.

<sup>13</sup><https://www.sipri.org/sites/default/files/Trends-world-military-expenditure-2016.pdf> acessado em 03/04/2018

<sup>14</sup> Segundo <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-29319423> acessado em 03/03/2018

<sup>15</sup> Segundo a <https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/sau/> acessado em 03/04/2018

É um país que desempenha um papel estratégico na região, em especial em relação a produção energética, já que é um dos maiores produtores mundiais de petróleo, envio de recursos e tropas para países vizinhos e funciona como um intermediador das relações com o Ocidente. Uma de suas principais parcerias comerciais são os Estados Unidos, para o qual já cedeu como base para operações militares norte-americanas no Oriente Médio. Sua Constituição é baseada na Sharia, deixando a gestão e organização do Estado para serem regulamentados pelo monarca, o qual assume posturas relativamente progressistas na mídia, mas não confere a população poder decisório sobre assuntos estratégicos, pertencendo ao grupo dos países autoritários que buscam revestir-se de aparatos de liberalização (MENALDO, 2012).

#### 4.1.2 Bahrein

Bahrein é um arquipélago composto por trinta e cinco ilhas localizadas no Golfo Pérsico, com população de 1,4 milhões de habitantes e renda per capita de 22.600 dólares. Em 2002, com a criação da carta política o Emir de Bahrein, Hamad bin Isa Al Khalifa, declarou Bahrein como um reino e autodeclarou-se o primeiro rei do país. O rei governa o país, indica juízes, conselheiros e todos os altos cargos públicos. Um movimento popular de protesto pró-democracia, em 2011, foi violentamente reprimido, dessa forma, a monarquia liderada por sunitas sistematicamente eliminou uma ampla gama de direitos políticos e liberdades civis, desmembrou a oposição política e reprimiu duramente dissidentes persistentes na população xiita. A maior parte da população do país pertence a vertente xiita do islamismo, no entanto a realeza pertence a uma minoria sunita.

A constituição de 2002, aprovada por referendo em 2001, proclamou ao país um reino constitucional e designou ao rei poder sobre as autoridades executivas, legislativas e judiciais. Em relação ao Legislativo, o rei tem a prerrogativa de nomear os ministros e membros do Conselho Consultivo, com 40 cadeiras, e da Câmara Alta da Assembleia Nacional. A Câmara Baixa, ou Conselho de Representantes, consiste em 40 membros eleitos pelo povo, para mandatos de quatro anos. A Assembleia Nacional pode propor projetos de lei ao governo, mas é o governo que tem a função primária de elaborá-los, e submetê-los posteriormente para consideração pelo legislativo. Não é permitida a existência de partidos políticos, no entanto, é permitida a existência de grupos políticos após prévio registro no Ministério da Justiça, desde que essas associações não sejam baseadas em classe, profissão ou religião – uma lei criada em 2005, mas que foi posta em prática em 2016.

O país permanece com a classificação de “não livre”, segundo critérios da *Freedom House*, pois há uma forte limitação dos direitos políticos e liberdades civis, como a repressão pelas autoridades do Bahrein à oposição política, mesmo a pacífica, a qual foi intensificada em 2016. Devido à lei que proíbe a formação de grupos baseado em religião atingiu fortemente o maior grupo político do país o Al-Wefaq, que é majoritariamente xiita. Por isso, em 2011, o Al-Wefaq retirou 18 membros de seu grupo do Conselho de Representantes e boicotou as eleições para o preenchimento dessas vagas, como uma forma de protestar contra a repressão do governo às manifestações pró-democracia daquele ano. O grupo boicotou também as eleições legislativas de 2014, permitindo que os candidatos pró-governo dominassem a legislatura mais uma vez. Em geral, os independentes do governo ganharam 37 dos 40 assentos da Câmara Baixa, e os assentos remanescentes foram destinados a duas sociedades políticas muçulmanas sunitas.

Em 2016, o Al-Wefaq teve seus ativos apreendidos por decisão do tribunal e foi acusado de incentivar o terrorismo, o extremismo, a violência e a interferência estrangeira nos assuntos do Bahrein. Uma segunda decisão do tribunal formalmente dissolveu o Al-Wefaq, sentenciando seu líder Ali Salman a nove anos de prisão sob acusações de incitamento ao ódio. O governo também acusou Isa Qassim, clérigo xiita de mais alto escalão do país, por incitamento ao sectarismo, servir a interesses estrangeiros e lavagem de dinheiro. Houve outros confrontos violentos entre manifestantes e forças de segurança continuaram em 2016, dos quais resultaram prisões generalizadas e presença militarizada de policiais em aldeias e bairros predominantemente xiitas. O governo do Bahrein criminalizou a tortura e alega não deter presos políticos, no entanto figuras da oposição, defensores dos direitos humanos e da democracia, e cidadãos comuns foram presos por suas opiniões e atividades políticas. Embora alguns detidos recebam periodicamente negado o acesso a familiares e advogados, outros aproveitam oportunidades limitadas para telefonemas e outras comodidades. Detentos relatam maus tratos frequentes por funcionários da prisão, que raramente são responsabilizados por abuso. Um escritório de ouvidoria da polícia começou a operar em 2013, mas organizações de direitos humanos relatam que não investigaram alegações de tortura e que os cidadãos temem retaliações por apresentar queixas.

Não há liberdade de imprensa no Bahrein, em 2016, representantes do governo emitiram novas diretrizes para o uso de internet ou mídia social pelos jornais para disseminar conteúdo, limitando ainda mais a liberdade de imprensa para operar. Em 1989 foi criada a Lei de Sociedades, que proíbe qualquer organização não-governamental opere sem permissão do governo, o que restringe gravemente a liberdade de expressão e associação, pois as

autoridades têm amplo poder para negar ou revogar permissões. O judiciário também não é completamente independente, pois o rei nomeia todos os juízes, e os tribunais estão sujeitos à pressão do governo. O sistema judicial do país é visto como corrupto e tendencioso em favor da família real e seus aliados.

O percentual em gastos militares do Bahrein aumentou nos anos 2012 a 2015, assim como de alguns países da região, atingindo 4,6% do PIB, indo de encontro à tendência mundial de redução desses gastos<sup>16</sup>.

No que tange às relações exteriores, os principais parceiros comerciais do Bahrein são a Arábia Saudita, China, Emirados Árabes Unidos e Japão, que lideram o ranking das exportações e importações<sup>17</sup>. Os principais produtos de exportação do Bahrein são os derivados de petróleo – petróleo refinado 29%, petróleo bruto 12% e ferro 6,2% - e metais. O maior setor importado pelo país é o automotivo com 11% das importações. O Bahrein transformou-se em emirado em 1971 e se uniu a Liga dos Estados Árabes no mesmo ano, após sua independência da condição de protetorado militar e comercial britânico. É um estado que não recolhe impostos diretamente dos cidadãos e que tem parte significativa da sua arrecadação resultante da venda de hidrocarbonetos, podendo ser enquadrado como um Estado Rentista.

Sua estrutura bicameral com a participação popular para seleção dos membros do Conselho de Representantes, com mandatos fixos, caracteriza um certo grau de participação popular, no entanto essa é limitada pelo monarca e pelas regras que restringem a formação de associações, que caracteriza o cenário de liderança autoritária resiliente (MENALDO, 2012). As ilhas são bastante influenciadas pela Arábia Saudita, sua principal parceria comercial e militar.

#### 4.1.3 Catar

O país possui uma população de 2,5<sup>18</sup> milhões de habitantes e renda per capita de 73.653 dólares<sup>19</sup>, e é considerado como “*não livre*” pela *Freedom House*. A monarquia do Catar caracteriza-se por ser uma monarquia constitucional, no entanto, o emir tem plenos poderes, detém toda a autoridade executiva e legislativa e o controle do judiciário, não havendo separação, nem independência efetivas entre os poderes. O Emir atual Tamim bin

<sup>16</sup><http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=MS.MIL.XPND.GD.ZS&country=> acessado em 08/09/2018

<sup>17</sup><https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/bhr/> acessado em 08/03/2018

<sup>18</sup> Qatar profile - Freedom House, último acesso em 08/04/2018

<sup>19</sup> Qatar profile - Freedom House, último acesso em 08/04/2018

Hamad al-Thani, emir do Catar desde 2013, assumiu o país em um momento de recessão devido aos baixos preços do petróleo e do gás e uma desaceleração nos gastos públicos em 2016, a qual causou grandes impactos para a população expatriada que trabalha no país. No entanto, os cidadãos do Catar, o que corresponde a um quinto da população do país, permanecem entre os mais ricos do mundo tendo sido poupados do peso das medidas de austeridade. No entanto, o resto da população, aproximadamente quatro quintos, é composta expatriados, os quais vêm do sul da África e de países árabes menos ricos, os quais vivem sem direitos políticos, com poucas liberdades civis e acesso limitado a oportunidades econômicas. A liberdade de culto está prevista na Constituição, mas o país tem o Islã como religião oficial.

O poder político é controlado pelo Emir, que é Chefe de Estado e de Governo, e sua família, o emir nomeia o Primeiro-Ministro, os membros do Gabinete, e seleciona um dentre seus herdeiros após uma consulta e outros notáveis para a sucessão. O país é uma monarquia constitucional, aprovada em um referendo de 2003, a qual contém a previsão de que: 30 dos 45 assentos do Conselho Consultivo (Majlis al-Shura) deveriam ser preenchidos por meio de eleições, que acontecem a cada quatro anos; os outros 15 assentos seriam preenchidos por indicação do governante. No entanto, tais eleições ainda não foram realizadas e todos os membros atuais foram nomeados, elas estavam previstas para 2013, mas foram adiadas por três anos, e em 2016, o governante estendeu o prazo de validade do conselho existente por mais três anos. O sufrágio é restrito aos cidadãos do Catar com mais de 18 anos, salvo militares e aqueles que trabalham para o Ministério do Interior, o que representa um grande déficit de participação, uma vez que quatro quintos da população do país é composta por estrangeiros, não pode votar. No Catar, assim como em outros países da região, não é permitida a criação de partidos políticos, os candidatos se organizam de forma independente. O país realizou suas primeiras eleições para o Conselho Municipal Central, em 1999, órgão designado para assessorar o ministro dos assuntos municipais, composto por 29 membros que concorrem como candidatos independentes, com mandatos fixos de quatro anos. Nas eleições do Conselho, em 2015, duas mulheres foram eleitas.

Apesar da previsão constitucional da liberdade de expressão, a mídia é fortemente influenciada pelas famílias mais poderosas e é sujeita à censura do Estado, estando a criação de canais condicionada à permissão do monarca, a exemplo da Al-Jazeera, em 1996. Inúmeros jornalistas locais e estrangeiros são submetidos a um alto grau de censura e podem enfrentar sentenças de prisão por difamação e outras ofensas à imprensa. As mesmas punições podem ser aplicadas aos usuários de mídia social que publicam conteúdo politicamente

sensível, após a aprovação da Lei de Cibercrimes criada em 2014, tal lei foi criada após os eventos da Primavera Árabe, cujas redes sociais desempenharam um papel de agregar e organizar pessoas insatisfeitas com os regimes (ANSARY, 2012). As liberdades de reunião e associação, seguem o mesmo padrão, são asseguradas na Carta Magna, mas esses direitos são limitados por lei e práticas. As organizações não-governamentais no Catar necessitam da permissão do Estado para operar, o qual monitora suas atividades. Não há organizações independentes de direitos humanos no país, há um Comitê Nacional de Direitos Humanos, nomeado pelo governo para investigar os possíveis abusos.

As garantias constitucionais de independência do Judiciário são minadas pela possibilidade de nomeação e remoção dos juízes pelo emir, além disso, a maior parte dos juízes são estrangeiros, os quais devem possuir permissão para trabalhar no país. Na composição do sistema judicial do Catarainda existem ostriunais da Sharia, tribunais que fazem a meraaplicação da lei islâmica, os quais têm jurisdição sobre uma gama restrita de questões, como direito da família. A confiabilidade e integridade do sistema judicial do país são bastante questionáveis.

O percentual em gastos militares do Catar encontra-se desatualizado nos bancos de dados do *World Bank*<sup>20</sup>, SIPRI e *Polity IV*, os últimos registros dos gastos militares do país são de 2002 até 2010, ano em que a Primavera Árabe teve início. Até o ano de 2010, quando os gastos representaram 1,5% do PIB, muito abaixo da média regional, porém na época havia uma forte tendência decrescente nos gastos militares, e no ano anterior uma queda bastante expressiva no preço dos hidrocarbonetos.

No que tange às relações exteriores, os principais parceiros comerciais do Catar são China, Arábia Saudita, Alemanha, Japão, Coréia do Sul e Índia. Em 2016, o Catar exportou 149 bilhões de dólares, o que o tornou o 41º maior exportador do mundo, resultado do crescimento significativo de 108 bilhões de dólares em 2011 para 149 bilhões de dólares, em 2016. Os produtos que lideram as exportações mais recentes são o Petróleo -50% e o Petróleo bruto -18%. Em 2016, o Catar importou 90,4 bilhões de dólares, tornando-se o 53º maior importador do mundo, resultado do aumento significativo de 15,5 bilhões de dólares em 2011 para 90,4 bilhões de dólares, em 2016. O maior percentual das importações recentes, que representam 9,4% são classificadas como “Indeterminado”<sup>21</sup>, seguido por Carros - 6,3%. Assim como a Arábia Saudita, é um estado que tem grande parte da sua renda resultante da

---

<sup>20</sup>

<https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?end=2010&locations=QA&start=1980&view=chart&year=2016> acessado em 17/09/2018

<sup>21</sup><https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/qat/> acessado em 18/09/2018

venda do petróleo no comércio internacional, e, assim como os outros membros do CCG, não recolhe impostos diretamente dos cidadãos e pode ser classificado como um Estado Rentista.

Como o Catar é país mais rico da região atrai um grande número de estrangeiros, os quais representam quatro quintos da população, e é um pouco mais liberal que seus vizinhos quanto a liberdade de culto e participação feminina na política, a qual é permitida desde 1999. E em relação ao sistema judiciário, o país não apresenta tribunais especificamente baseados na Sharia, como outros países.

#### 4.1.4 Emirados Árabes Unidos

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) são uma federação de sete emirados, tendo como centro Abu Dhabi, o maior e mais rico em recursos naturais do grupo. O conjunto possui uma população de 9,3 milhões de habitantes e uma renda per capita de \$39.102 dólares, e é considerado como “*não livre*” pela *Freedom House*. A liberdade de imprensa se tornou praticamente inexistente na federação após a concepção da Lei de Publicações e Publicações de 1980, que é considerada uma das leis de imprensa mais restritivas no mundo árabe, pois regula todos os aspectos da mídia e proíbe críticas ao governo<sup>22</sup>. Desde 2011, com a Primavera Árabe, os Emirados Árabes Unidos reprimiram agressivamente os ativistas da oposição, em especial se esses fossem suspeitos de integrar a Associação para a Reforma e Orientação (Al-Islah), um grupo criado em 1974 que buscava defender reformas democráticas. O governo dos Emirados Árabes Unidos acusou os membros da Al-Islah de serem agentes estrangeiros da Irmandade Muçulmana, e designou a Irmandade Muçulmana como uma organização terrorista, em 2014. Dessa forma, quem representasse oposição ao governo era considerado uma ameaça, assim ativistas, líderes da sociedade civil, acadêmicos e estudantes foram presos.

Por ser composto por sete diferentes Estados o órgão mais alto do poder executivo não se resume a um único monarca e sim ao Supremo Conselho Federal, que é composto pelos governantes dinásticos dos sete emirados. O Supremo Conselho Federal é responsável por selecionar um presidente e vice-presidente dentre seus membros, o presidente, por sua vez, deve nomear um primeiro-ministro e os membros de seu gabinete. Por ser o maior e mais rico, o emirado de Abu Dhabi tem controlado a presidência da federação desde sua criação, em 1971, até o presente momento, razão que a afasta do conceito de democracia eletiva,

---

<sup>22</sup><https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/united-arab-emirates> acessado em 25/09/2018

embora a eleição esteja prevista no ato constitutivo da federação. O atual presidente, o xeque Khalifa bin Zayed bin Sultan al-Nahyan, sucedeu seu pai em 2004. Cada emirado membro da federação possui uma monarquia hereditária própria.

O Supremo Conselho Federal concentra também o papel de órgão central do poder Legislativo, no entanto, é aconselhado pelo Conselho Nacional Federal, que tem 40 membros e possui a capacidade de revisar as leis propostas e questionar os ministros do governo. Até 2006, os membros do Conselho Nacional Federal eram integralmente escolhidos pelo Supremo Conselho Federal, mas após essa data metade dos membros do Conselho Nacional Federal foram eleitos por um colégio eleitoral escolhido pelos governantes de cada emirado, enquanto o governo permaneceu nomeando diretamente a outra metade. O tamanho do colégio eleitoral se expandiu ao longo do tempo; em 2015, cresceu para mais de 224.000 membros, cerca de 34 vezes maior que em 2006, embora isso não assegure o sufrágio universal, uma vez que o quantitativo ainda represente menos da metade da população cidadã em idade de votar. As mulheres participam do processo eleitoral, podendo votar e serem votadas, representam aproximadamente 48% do colégio eleitoral do Conselho Nacional Federal e 78 mulheres concorreram como candidatas nas eleições de 2015, no entanto, apenas uma mulher foi eleita e outras oito foram indicadas pelo governo. Assim como acontece no Catar, a população dos Emirados é majoritariamente composta por não cidadãos, os quais não possuem direitos políticos e são inelegíveis. Não há *accountability* em relação aos procedimentos para a escolha dos membros do colégio eleitoral de cada Emirado. Outro ponto a ser ressaltado é que os Emirados membros da federação não possuem corpos legislativos eleitos internos, e, da mesma forma que outras monarquias árabes, existe a proibição em constituir partidos políticos e os candidatos ao Conselho Nacional Federal concorrem individualmente.

A criação dos Emirados Árabes Unidos, em 1971, foi acompanhada da Constituição, a qual instituiu o islamismo como religião e o árabe como língua oficiais, sendo os tribunais responsáveis por julgar com base na Sharia, os quais podem impor sentenças de flagelação por ofensas: incluindo uso de drogas, prostituição e sexo extraconjugal. O Judiciário não é independente, pois as decisões judiciais são sujeitas a revisão pelos líderes políticos. Outro ponto que não assegura a independência do judiciário é o critério de entrada para a magistratura, os juízes são nomeados por decreto executivo, e a estrutura do judiciário é administrada em grande parte por funcionários executivos. Há, inclusive, juízes estrangeiros que trabalham em regime de contrato de curto prazo. A federação não segue as recomendações e critérios internacionais relativos ao devido processo legal, não fornecendo

aconselhamento legal adequado a detidos durante os interrogatórios, e detendo-os por período prolongado sem acusação, além dos juízes possuírem poderes para estender essa detenção indefinidamente. Houve um julgamento em massa de 94 dissidentes políticos em 2013, o qual foi amplamente criticado por violações sistemáticas dos padrões do devido processo internacional. Tais violações demonstram total arbitrariedade na aplicação da justiça, em 2016, um relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a tortura encontrou evidências confiáveis de tortura contra um grupo de cidadãos líbios acusados de crimes de terrorismo - e posteriormente absolvidos - sob a custódia dos EAU. Outros abusos cometidos pelas autoridades são regularmente relatados por parte dos detentos.

O percentual de gastos militares em relação ao PIB dos EAU encontra-se desatualizado nos bancos de dados do *World Bank*<sup>23</sup>, SIPRI e *Polity IV*, os últimos registros de percentuais de gastos militares do país são 2014. E desde o começo da Primavera Árabe, no ano de 2010, quando os gastos representaram 6,03% do PIB, os gastos militares aumentam e diminuem, mas permanecem acima dos 5% do PIB, próximo à média regional.

No que tange às relações exteriores, os Emirados Árabes Unidos tem fortes relações comerciais com a China, Índia, Irã, Suíça e Alemanha. A federação é a 25ª maior economia de exportação no mundo<sup>24</sup>. Em 2016, os EAU exportaram 401 bilhões de dólares, sendo desses 18% - Petróleo Bruto, 14% - Ouro, 9% - Petróleo refinado. Em 2016, importou US \$ 572 Bilhões, resultando em um saldo comercial negativo de US \$ 171 Bilhões. Os produtos que lideram suas importações são 13% Ouro, Equipamentos de Transmissão - 5,3%, Joias - 5,2% e Carros - 4,6%. É um estado que não recolhe impostos diretamente dos cidadãos e que tem parte significativa da sua renda resultante da venda do petróleo no mercado internacional, que assim como os países do CCG pode ser definido como um Estado Rentista.

#### 4.1.5 Jordânia

A Jordânia é uma monarquia constitucional que se tornou independente da França em 1952, com ajuda britânica. Atualmente, é liderada pelo rei Abdullah II, mas é uma monarquia desde 1921, cuja família real é reconhecida como descendente do profeta Maomé. O país possui uma população de 8,2 milhões, uma renda per capita de 4.940 dólares e é uma

---

<sup>23</sup><https://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS?end=2010&locations=AE&start=1980&view=chart&year=2016> acessado em 18/09/2018

<sup>24</sup><https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/are/> acessado em 18/09/2018

dentre as três monarquias árabes que é considerada “*Partly Free*”, na classificação da *Freedom House*. A Jordânia não foi tão abalada quanto seus vizinhos devido a agitação política que se espalhou no Oriente Médio após a eclosão da Primavera árabe, em 2011. Houve, no entanto, pedidos de reformas, por parte de grupos da sociedade, os quais aumentaram no final do ano de 2011, que resultaram na renúncia do primeiro-ministro Marouf al-Bakhit e de parte de seu gabinete, em outubro de 2011. O rei Abdullah II substituiu Bakhit por Awn Khasawneh, um ex-juiz da Corte Internacional de Justiça considerado amigável para a reforma no intuito de acalmar as demandas populares. Tanto o rei quanto o primeiro-ministro prometeram conceder ao Parlamento um papel direto na formação de governos, bem como realizar um “debate público” sobre as mudanças na lei eleitoral, o que ocorreu de fato em 2016. Essa foi uma das razões pela qual o país anteriormente considerado “*Not Free*” teve seu status modificado para “*Partly Free*” pela organização após as reformas eleitorais ocorridas em 2016. No entanto, a liberdade de expressão e de imprensa são bastante restritas.

Na Jordânia, o rei, que é o chefe do Executivo, detém o poder total sobre a formulação de políticas públicas. Em abril de 2016, o governo aprovou uma série de emendas constitucionais que deram ao rei Abdullah II poder para nomear membros do Tribunal Constitucional e do Senado, assim como o chefe da polícia parlamentar; anteriormente o rei necessitaria consultar formalmente o primeiro-ministro e o gabinete para realizar tais nomeações. Essas emendas também permitiram a Abdullah nomear unilateralmente um príncipe herdeiro e vice-rei. O que enfraqueceu de certa forma a separação e a independência entre os poderes, tal crítica foi levantada pela oposição. Essas mudanças foram aprovadas duas semanas depois de serem apresentadas ao parlamento, deixando poucas oportunidades para o debate público.

No entanto, o Legislativo não é completamente controlado, sendo a câmara baixa eleita por voto popular, resultado das reformas contribuíram para eleições mais justas em 2016, antes disso as leis eleitorais antigas limitavam o desenvolvimento de partidos de oposição. A nova lei eleitoral, adotada em março, que determinou um sistema de representação proporcional e incluiu novos distritos aumentando a representação das áreas urbanas onde o apoio à oposição é forte. O principal partido de oposição da Jordânia, a IAF, participou plenamente das eleições pela primeira vez em anos; o partido havia boicotado as pesquisas de 2010 e 2013 em protesto contra o modelo de sistema de votação intransferível, que favoreciam as elites tribais pró-governo. A coalizão liderada pela IAF ganhou apenas 16 cadeiras dos 130 contestados; a maioria dos eleitos eram candidatos independentes

considerados leais à monarquia. O índice de comparecimento foi baixo, de 31 por cento. As funções da Câmara baixa são bastante limitadas, fazendo com que o parlamento raramente inicie a legislação, e em vez disso aprova, rejeita ou altera os projetos de lei propostos pelo gabinete. As reformas tornaram obrigatório o registro para as eleições, o que aumentou o número de eleitores qualificados nas listas de mais de um milhão de pessoas, em comparação com as eleições de 2013. As eleições de 2016 foram elogiadas por monitores nacionais e internacionais, devido a sua administração e aumento de inclusão em relação às pesquisas anteriores.

A liberdade de imprensa é restrita por leis rígidas de mídia e há forte intimidação de jornalistas, e o sistema judiciário não é independente, nem adere totalmente aos padrões internacionais de processos. Jornalistas foram presos por criticarem o rei Abdullah, após denunciarem atos de corrupção<sup>25</sup> e violarem a Lei de Imprensa e Publicações, que determina a objetividade da mídia. O governo se envolve diretamente na censura e pressiona editores para controlar o conteúdo.

Os gastos militares da Jordânia, em 2016, representaram cerca de 4,57%<sup>26</sup>, apesar do cenário de guerra civil na Síria e do intenso fluxo de refugiados exilados no país.

Em relação à economia, a Jordânia é um dos dois casos que coletam impostos diretos da população, não sendo um Estado rentista. O imposto de renda uma das principais fontes de arrecadação do Estado, junto com a renda derivada do setor de serviços que corresponde a 66,8% do PIB<sup>27</sup>. O país possui a particularidade de o Estado ser o principal empregador do país. A Jordânia não possui muitos recursos naturais, e se caracteriza por ser uma grande importadora, o que mantém sua balança comercial tradicionalmente negativa. Os setores que mais movimentam a economia do país são o turismo e a mineração, o primeiro sofre uma drástica redução há anos, o que impacta fortemente a economia, mantendo-a em um cenário de baixo crescimento. Uma das razões para tal é a contínua incerteza na Síria e os longos anos de guerra às suas fronteiras, o lento renascimento da cooperação econômica com o Iraque e uma desaceleração econômica no Conselho de Cooperação do Golfo (GCC)<sup>28</sup>. Outro ponto a ser levado em consideração é o mercado de trabalho da Jordânia, que tradicionalmente apresenta alta taxa de desemprego, de 18,3% no ano de 2017. Além disso, o

---

<sup>25</sup><https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2016/jordan>

<sup>26</sup><https://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS?view=map>

<sup>27</sup><https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/jo.html> acessado em 25/09/2018

<sup>28</sup><http://www.worldbank.org/en/country/jordan/publication/economic-outlook-april-2018> acessado em 25/09/2018

país passa por reformas estruturais exigidas pela população, que não facilitam uma forte recuperação do crescimento.

No comércio internacional, em 2016, a Jordânia foi a 85ª maior economia de exportação no mundo<sup>29</sup>. Em 2016, o Jordânia exportou 21,6 bilhões de dólares, os principais produtos exportados são Peças de Vestuário e malhas, que correspondem a 11%, Fertilizantes Potássicos representando - 6,9% e Fosfatos de cálcio - 5,5% equivalendo a 595. As importações em 2016 totalizaram o valor de 51,2 bilhões de dólares, sendo suas principais importações Carros - 6,6%, Petróleo - 3,5% Petróleo Bruto - 3,3%.

A Jordânia possui uma série de particularidades em relação aos outros países da região. A começar pelo relacionamento da população com a família real, a qual o questionamento sobre sua permanência no poder não tem tanta força, seja devido à ascendência do profeta Maomé, ou à popularidade (STEPAN, 2014) e o entrosamento da mesma com os súditos. A família real constitui uma espécie de símbolo nacional. Uma outra explicação que pode concorrer com o carisma e a legitimidade religiosa da família real, é percentual de absorção da mão de obra nacional pelo Estado, o que torna parte da população dependente do estado. Além da dependência econômica direta por parte da população, o país foi constituído em um local inóspito, onde a agricultura e a obtenção de água são bastante difíceis, sem uma saída para o mar suprir essas necessidades se torna bastante complexo. Questões geopolíticas o forçam a ter boas relações com os vizinhos, que são Arábia Saudita, Síria, Iraque, Líbano e Israel.

#### 4.1.6 Kuwait

O Kuwait é um emirado constitucional governado pelo Emir Sabah IV Al-Ahmad Al-Jaber Al-Sabah, possui uma população de 4 milhões de habitantes, uma renda per capita de 29.301 dólares e é considerado “*Partly Free*” segundo a *Freedom House*<sup>30</sup>, faz parte do CCG e fronteira com o Iraque e a Arábia Saudita por terra e o Irã por mar. Embora seja um Estado Constitucional, não há independência total entre os poderes, a monarquia detém o poder executivo e domina o judiciário. O Emir desempenha o papel de Chefe de Estado de forma hereditária, e ele quem nomeia o Primeiro Ministro e aprova o gabinete nomeado pelo Primeiro Ministro, compartilhando, dessa forma, o Poder Legislativo com a Assembleia Nacional podendo dissolvê-la ao seu bel-prazer, desde que convoque novas eleições no prazo

---

<sup>29</sup><https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/jor/> acessado em 25/09/2018

<sup>30</sup><https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/kuwait> Acessado em 20/09/2018

de 60 dias. O que foi feito com frequência desde de 2011 e agravou a questão da rotatividade no governo e as eleições parlamentares, no momento pós-eclosão da Primavera Árabe, em uma tentativa de diminuir o poder da oposição. No mesmo intuito, as autoridades estatais reduziram as liberdades de expressão e reunião como forma de diminuir as demandas por maiores direitos políticos. Houve vários casos de prisões devido a essas restrições, em setembro de 2016, a ativista de direitos humanos Sara al-Drees foi presa por insultar o emir nas mídias sociais, ela foi libertada sob fiança enquanto aguardava julgamento<sup>31</sup>.

O Poder Legislativo é desempenhado pelo parlamento, eleito pelos cidadãos, que desempenha um importante papel político no país, chegando a contrariar muitas vezes o governo. A Assembleia Nacional é composta por 50 membros integralmente eleitos por voto popular, para mandatos de quatro anos, os quais apenas podem se articular em grupos, pois a formalização de partidos políticos é proibida no país. A Assembleia Nacional goza de certa autonomia, tendo capacidade para derrubar decretos emitidos pelo Chefe de Estado, vetar a nomeação do Primeiro-Ministro, no entanto, para tal deve escolher posteriormente uma dentre três alternativas escolhidas pelo Emir. A Assembleia Nacional pode ainda remover os Ministros do Governo através de uma votação majoritária. Em relação ao sufrágio, o eleitorado é composto por homens e mulheres maiores de 21 anos que são cidadãos há pelo menos 20 anos; o que impede grande parte da população de votar, em 2016 o Kuwait possuía 100.000<sup>32</sup> expatriados em seu território, os quais vivem na ilegalidade e não possuem direitos políticos. Em 2012, houve mudanças eleitorais promulgadas pelo Emir, a mais significativa foi a adoção do voto uninominal, restrição para os cidadãos votarem em apenas em um legislador, quando o modelo anterior eles podiam votar em até quatro. Essa mudança sofreu diversas críticas pela oposição, pois essa mudança diminuiu a probabilidade de construir coalizões parlamentares.

O Kuwait não possui um Judiciário independente, uma vez que o Emir tem poder para nomear todos os juízes e as promoções na carreira jurídica devem ser aprovadas pelo Executivo. As ações do Judiciário não respeitam as normas de Direito Internacional sobre os procedimentos e o devido processo legal, podendo deter suspeitos por até quatro dias sem apresentar acusação.<sup>33</sup> Há denúncias de que os detidos, especialmente os que vivem ilegalmente no país, já foram submetidos a tortura no passado. Os trabalhadores não-cidadãos estão sujeitos a abusos frequentes e exploração, não têm acesso a serviços públicos e são

---

<sup>31</sup><https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/kuwait> . Acessado em 20/09/2018

<sup>32</sup><https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/kuwait> . Acessado em 20/09/2018

<sup>33</sup><https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/kuwait> . Acessado em 20/09/2018

forçados a trabalhar em condições perigosas por remuneração inadequada. O governo permite visitas de ativistas de direitos humanos às prisões, onde a superlotação continua sendo um problema.

A porcentagem do PIB do Kuwait reservada para gastos militares é de 5,91%<sup>34</sup>, gastos que apresentam uma tendência de crescimento desde 2013 quando era de 3,27%, do PIB. O percentual de 2016 encontra-se bastante próximo ao da média regional, que era de 6,01% em 2016.

Em relação à economia, O Kuwait é a 50ª maior economia de exportação do mundo, tendo o petróleo como seu principal produto, dessa forma, o país não coleta impostos diretos da população, sendo um Estado rentista. Em 2016, o Kuwait exportou 80,2 Bilhões de dólares<sup>35</sup>, a venda do Petróleo Bruto que equivale a 60% do produto de exportação, Petróleo refinados -18% e Petróleo - 3,9%. O que deixa o país bastante vulnerável às oscilações dos preços do petróleo, a ponto de em 2016 o preço baixo do petróleo pressionar a economia do país em 2016 e seus benefícios sociais. Em julho do mesmo ano, o governo afirmou registrar um déficit orçamentário raro de cerca de 15 bilhões de dólares no ano. Em 2016 o país importou 78,3 bilhões de dólares, as principais importações foram: Carros -8,4%, Produtos Indeterminados - 3,2% e Equipamentos de Transmissão - 2,9%. No ano de 2016, o saldo da balança comercial foi positivo de 1,92 Bilhões de dólares.

#### 4.1.7 Marrocos

O Marrocos é uma monarquia parlamentar constitucional liderada pelo rei Mohammed VI, possui uma população de 34,7 milhões, uma renda per capita de 2.878 dólares e é uma dentre as três monarquias árabes que é considerada “*Partly Free*” segundo a *Freedom House*. O país faz fronteira com a Argélia ao norte e leste e a Mauritânia por terra e com a Espanha por mar, fora colônia francesa durante o período colonial, mas desfrutava de certa liberdade. Constitui um dos casos mais emblemáticos, por possuir uma estrutura monárquica antes da ocupação europeia no norte da África, a monarquia é a base institucional do estado, e o rei possui uma autoridade moral e religiosa. Atualmente, a monarquia constitucional marroquina tem semelhanças estruturais com a espanhola (STEPAN, 2014), em especial, no que tange a regra para sucessão real, utilizando o conceito de sucessão ao invés de descendência, o que

---

<sup>34</sup><https://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS?end=2016&locations=KW&start=1980&view=chart&year=2016> Acessado em 20/09/2018

<sup>35</sup><https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/kwt/> Acessado em 20/09/2018

resulta em regras complexas para a escolha da sucessão real dentre os membros da família. Outra semelhança à espanhola é a liberdade e autonomia do parlamento para ir contra decisões reais.

O rei Mohammed VI mantém o domínio através de uma combinação de poderes formais substanciais e linhas informais de influência no estado e na sociedade, incluindo o controle sobre as forças de segurança, autoridade religiosa e fortes apelos ao nacionalismo. Durante o período de abalo durante a Primavera Árabe em 2011, o Marrocos, que já se apresentava um dos países mais livres da região, foi palco de diversos protestos com ideais democráticos, movimentos que ficaram conhecidos como M20. Os protestos resultaram não apenas em mudanças constitucionais, mas elaboração de uma nova carta política, no entanto, a mudança promovida não acabou com o regime existente. Existiram outros protestos após as reformas, que demandavam maiores restrições ao poder real.

O Poder Executivo é desempenhado pelo rei Mohammed VI, com a ajuda de seus conselheiros e associados, que detém a maior parte do poder político, social e econômico no Marrocos. Após a série de protestos de 2011, as reformas constitucionais exigiram que o rei passasse a nomear o Primeiro-Ministro dentre os membros do partido que obtivesse a maioria dos assentos nas eleições parlamentares e que o Primeiro-Ministro fosse consultado sobre a dissolução do Parlamento.<sup>36</sup> Foi apontado, a mudança de constituição preservou a maior parte dos poderes existentes do rei, o qual pode dissolver a legislatura, governar por decreto e demitir ou nomear membros do gabinete. Ainda é o monarca quem define a política nacional e externa, comanda as forças armadas e serviços de inteligência, além dos assuntos típicos de Estado Mohammed VI ainda preside o sistema judicial. O islamismo é a religião oficial do país e um dos títulos constitucionais do rei é "Comandante dos fiéis", dando à sua autoridade uma reivindicação de legitimidade religiosa.

Em relação ao Legislativo, a existência de partidos é permitida no Marrocos, de modo que existe a realização de eleições multipartidárias regulares para o Parlamento do país. O Parlamento do Marrocos é bicameral, cuja câmara baixa, ou Câmara de Representantes possui 395 membros eleitos por distritos para cumprir mandatos de cinco anos. Destes, 305 assentos são eleitos por 92 distritos eleitorais, e os 90 assentos restantes são eleitos a partir de um único distrito nacional, com 60 assentos reservados para mulheres e 30 para menores de 40 anos. Já a câmara alta é composta por 120 membros, chamada de Câmara dos Conselheiros, os quais são escolhidos por um colégio eleitoral para mandatos seis anos. 2015 foi o ano das

---

<sup>36</sup><https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2016/morocco> . Acessado em 20/09/2018

primeiras eleições regionais e municipais desde a adoção da nova constituição, em 2011, as quais contabilizaram 53% de participação dos eleitores. O Partido da Justiça e Desenvolvimento (PJD), grupo islâmico moderado que possui a maior parte dos assentos da câmara baixa, ficou em primeiro lugar no nível regional, ganhando 26% de todos os assentos disponíveis; o Partido da Autenticidade e Modernidade (PAM), aliado à monarquia ganhou 19%, enquanto o Istiqlal ficou com 18%. No entanto, devido à distribuição geográfica dos assentos ganhos, o PAM ganhou cinco assentos dos 12 conselhos regionais do país, enquanto o PJD ganhou apenas dois. As eleições regionais e municipais possuem uma ação afirmativa, trata-se da regra que entrou em vigor em 2009, na qual as mulheres têm garantidos 12% dos assentos nas eleições locais.

O Marrocos não possui um judiciário independente, o Monarca controla o resultado dos julgamentos, e os tribunais são usados regularmente para punir os opositores do governo. A liberdade de movimento, emprego e educação são garantias constitucionais no Marrocos, mas desde 2011, com o aumento das manifestações, esses direitos foram limitados. Órgãos internacionais como a *Freedom House* reportam a ocorrência de prisões arbitrárias e torturas<sup>37</sup>, desrespeitando as regras internacionais de processos legais. Grupos com características minoritárias como a comunidade LGBTI+ (lésbica, gay, bissexual, transexual, intersexual) enfrentam forte discriminação e violência ocasional. Comunidades, como a Amazigh, que não se identificam com a cultura árabe dominante, surgiu na segunda metade do século XX com a disseminação da ideia do pan-arabismo, tendem historicamente a enfrentar desvantagens educacionais e econômicas. No entanto, o governo fez esforços nesse sentido, como a concessão do status de oficial às línguas Tamazight após a constituição de 2011, elas e a cultura Amazigh foram promovidas nas escolas. No entanto, grupos independentes que promovem os direitos e identidades locais do Amazigh enfrentaram a interferência do governo. Houve também, concessões de autorizações de residência temporária para centenas de refugiados reconhecidos e milhares de migrantes africanos, em 2016, após estes cumprirem determinadas condições para regularizar seu status.

O gasto militar médio em relação ao Produto Interno Bruto do Marrocos no ano de 2016 foi de 3,21% do PIB, gastos que apresentam uma tendência de queda desde 2013 quando era de 3,8%, do PIB, mas mantêm-se próximo da metade da média regional.<sup>38</sup>

No que tange à economia o Marrocos é um dos dois casos de estados monárquicos árabes coletores de impostos de sua população, o Marrocos possui uma carga tributária direta

<sup>37</sup><https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2016/morocco> Acessado em 20/09/2018.

<sup>38</sup> <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?view=map>

alta, podendo o imposto de renda atingir a alíquota de 33% da renda do cidadão (STEPAN, 2014). O país tem na agricultura um de seus pilares econômicos, que foi um dos principais responsáveis pelo aumento do PIB em 2017, após uma forte desaceleração em 2016 a taxa de crescimento do PIB atingiu 4% em 2017, quando fora 1,2% no ano anterior, impulsionada por uma forte recuperação da produção agrícola. A produção de cereais de 2017 foi melhor que a média dos anos anteriores, o setor agrícola teve uma taxa de crescimento de 15,1%. No entanto, o PIB não agrícola não crescerá tanto, apenas 2,8%. No entanto, o país encontra uma alta taxa de desemprego, pobreza e analfabetismo, especialmente nas áreas rurais, estando 10% da população desempregada<sup>39</sup>, e 39% da população empregada trabalhando na agricultura, em 2014. O Marrocos não faz parte do CCG, e não possui capacidade de exportar hidrocarbonetos, no entanto possui uma localização privilegiada que favorece a agricultura, o turismo e o comércio internacional.

No mercado internacional o Marrocos é a 58ª maior economia de exportação no mundo. Os principais produtos exportados pelo país em 2016 foram: Carros - 14%, Fio isolado - 10% e Minerais mistos ou fertilizantes químicos - 6,5%<sup>40</sup>. Seus principais produtos importados foram: os Petrolíferos Refinados - 6,4%, Carros -4% e Peças de Veículos - 2,7%. Em 2016, o Marrocos teve uma balança comercial negativa, exportou 68,2 bilhões de dólares e importou 102 bilhões de dólares, resultando em um saldo comercial negativo de 34 bilhões de dólares. Tem como principais parceiros a Espanha, França, Itália, China, Estados Unidos e Alemanha.

#### 4.1.8 Omã

O país possui uma população de 4,4 milhões de pessoas, possui uma renda per capita de 15.551 dólares, é considerado como “*not free*” pela *Freedom House*<sup>41</sup> e faz fronteira terrestre com os Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Iêmen, e compartilha fronteiras marítimas com o Irã e Paquistão. O Omã também é uma monarquia constitucional, cujo poder do Estado está concentrado nas mãos do sultão Qaboos bin Said al-Said, que governa desde 1970, aos moldes das monarquias membras do CCG. A produção legislativa do Estado está concentrada nas mãos do sultão, que promulga as leis por decreto, escolhe o Primeiro Ministro e os Ministros da Defesa, das Relações Exteriores, das Finanças e o Presidente do

---

<sup>39</sup><https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mo.html> Acessado em 20/09/2018.

<sup>40</sup><https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/mar/> Acessado em 20/09/2018.

<sup>41</sup><https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2017/oman> Acessado em 20/09/2018.

Banco Central. O regime é bastante restritivo e impõe limites a praticamente todos os direitos políticos e liberdades civis, o Estado responde duramente às críticas e discordâncias. Em 2016, vários ativistas de direitos humanos, intelectuais e cidadãos comuns foram presos por expressar opiniões que criticavam ou eram considerados ameaçadores ao regime, essa é uma das razões pela qual o país é classificado como “não livre” em relação a liberdade de imprensa.

O país possui um Parlamento bicameral, criado em 1996 promulgado por decreto do monarca, e eleições locais, as últimas tiveram início em 2012. No país não é permitida a criação de partidos políticos, por isso, candidatos organizam-se em grupos, espécies de associações. O Parlamento possui uma Câmara Baixa que é conhecida como Conselho Consultivo ou Majlis al-Shura com 85 membros, criada em 1991 e é eleita pelo voto direto dos cidadãos, os eleitos devem exercer mandatos de quatro anos. O órgão tem autoridade para interrogar ministros e aconselhar o governo em assuntos socioeconômicos e sugerir a edição de leis, mas não possui poderes legislativos nem autoridade em questões estratégicas como defesa, segurança interna ou política externa. A Majlis A’Dawla, o Conselho de Estado, que funciona como a Câmara Alta do Parlamento, possui 85 assentos, cujo critério de entrada dos membros é a nomeação pelo sultão. Em 2015, ao escolher os membros do Conselho de Estado para seus mandatos de quatro anos o sultão convocou 13 mulheres.

O país instituiu o sufrágio universal para os maiores de 21 anos em outubro de 2003, e conta com a participação política das mulheres nos Majlis al-Shura e Majlis A’Dawla. As primeiras eleições municipais do país ocorreram em 2012, houve um índice de comparecimento superior a 50% e 4 dos 192 cargos foram ocupados por mulheres. No entanto, os membros desses conselhos podem apenas apresentar recomendações para a melhora dos serviços municipais.

O Poder Judiciário não é independente, pois é subordinado ao Sultão e ao Ministro da Justiça. A Sharia é a base de toda legislação do Omã, e existem tribunais da Sharia para lidar com questões familiares, existe, ainda, a utilização de leis tribais e costumes para a resolução de conflitos em algumas áreas mais remotas do país. A Lei-Base do país foi criada em 1996, e dentre muitos assuntos proíbe a discriminação com base em sexo, religião e etnia.

O gasto militar médio em relação ao Produto Interno Bruto do Omã no ano de 2016 foi de 13,73% do PIB, gastos que apresentam uma tendência de queda desde 2013 quando era de 16,08%, do PIB<sup>42</sup>.

No comércio internacional, o Omã representa a 64ª maior economia de exportação no mundo. Em 2016, o Omã exportou 56,7 bilhões de dólares, cujas principais exportações foram: Petróleo Bruto - 44%, Petróleo - 9,5% e Petróleo Refinado - 8,6%. No mesmo ano, importou 70 bilhões de dólares, cujos principais produtos foram: Carros - 8,9% e Petróleo refinado - 8,9%. Sendo o saldo da balança comercial do Omã no ano de 2016 negativo por 13,3 bilhões de dólares. Os principais parceiros comerciais do país são: a China, os Emirados Árabes Unidos, o Japão, a Índia e os Estados Unidos. O Omã, assim como todos os estados membros do CCG, podem ser caracterizados como Estados Rentistas, uma vez que atendem os pressupostos teóricos. O sultão do Omã adota a estratégia dos líderes autoritários que abrem um espaço controlado para a participação popular, sem a possibilidade que esta ultrapasse sua autonomia e investe no desenvolvimento do país.

## 4.2 CATEGORIAS

A seleção das categorias seguiu a literatura sobre estabilidade de regimes (GEDDES, WRIGHT, AND FRANTZ, 2014; KNUTSEN ET AL, 2015; WRIGHT AND BAK, 2016), em especial autocracias, devido ao objeto de estudo, e buscou as categorias para medir a estabilidade dos casos selecionados dentre essa literatura.

A divisão tradicional dos tipos de regime se consiste entre monarquia e república, e essa será a divisão adotada neste trabalho. No entanto, cabe ressaltar a classificação dos regimes e bancos de dados em três espécies: democracia, autocracia e semidemocracia (KNUTSEN ET AL, 2015); uma vez que o tipo de regime é diferente da forma como ele é governado. Na terceira classificação encontram-se características de governos autocráticos e democráticos, os casos mistos são os mais instáveis e com menor período de sobrevivência (KNUTSEN ET AL, 2015). Embora não haja um único tipo de semidemocracia ou de anocracia, pois cada caso apresentaria uma configuração específica de traços de governos autoritários e democráticos, uns com maior participação, outros com maior competição. Casos típicos de semidemocracia são as autocracias competitivas, que permitem um certo grau de competição, em tais casos há uma utilização das regras democráticas, como

---

<sup>42</sup><https://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS?end=2016&locations=OM&start=1980&view=chart&year=2016>

a existência de eleições e multipartidarismo, no entanto essa utilização costuma ser apenas uma fachada, pois os resultados costumam ser manipulados (LEVITSKY AND WAY 2002). As monarquias de modo geral se enquadrariam nos regimes autocráticos e anocráticos, ficando 28% dos casos como semidemocracias e 72% como autocracias no período de 1972–2010 e observou-se período de sobrevivência de 33 anos (HADENIUS AND TEORELL, 2007), e 33% semidemocracias e 67% autocracias no período de 1946 até 2010, com um período de sobrevivência de 35 anos (GEDDES, WRIGHT, AND FRANTZ, 2014). A maior parte dos casos em análise neste trabalho são classificados pela *Freedom House* como “*não livres*” e se identificam em autocracias, salvo os casos do Marrocos e da Jordânia, os quais estão classificados como “*parcialmente livres*”, enquadrando-se neste perfil as anocracias e semidemocracias, mas estes mesmo fazendo parte do grupo mais instáveis. O arcabouço cultural monárquico tende a ser menos instável que o republicano (MENALDO, 2012), isso se deve pois ele tende a fornecer maior respeito ao *rule of law*, a direitos de propriedade, apresentam maior credibilidade quanto aos compromissos assumidos e maior acesso a crédito (MENALDO, 2012). Essas características, essenciais para a liberdade econômica, mostraram-se altamente significantes para os países do MENA, quando as monarquias da região foram comparadas com repúblicas do bloco (MENALDO, 2012).

A segunda categoria se refere a existência de uma constituição dentre os países pesquisados, uma vez que a constituição representa as regras formais a serem cumpridas dentro de um território, além de uma possível limitação aos poderes dos líderes dos países por essas regras (STEPAN ET AL, 2014). No entanto, a existência de uma constituição não é restrita apenas aos países democráticos, os países autoritários também podem ter constituições, as quais podem ter maior ou menor peso nas limitações dos atos do Executivo, fazendo com que o chefe do executivo não perca o poder de fato, pois se utilizaria estruturas informais, que não a constituição, para exercer o poder (WRIGHT, 2014). A existência de uma constituição é apresentada como estabilizador para a o regime monárquico, favorecendo uma mudança no regime ao invés de uma mudança de regime, como foi o caso das monarquias europeias que com a passagem da onda democrática transformaram-se em monarquias constitucionais democráticas (STEPAN ET AL, 2014).

A terceira categoria se enquadra na perspectiva econômica, sobre a cobrança de impostos pelo Estado. Caracteriza-se a hipótese da maior parte das monarquias árabes serem Estados rentistas (BEBLAWI, 1987), uma vez que haja uma ausência relativa da cobrança de tributos por parte desses estados (STEPAN ET AL, 2014). Tal fato decorre da ausência de necessidade de coletar impostos por alguns países, no MENA isso ocorre devido à exploração

dos recursos naturais de seus territórios, como petróleo e seus derivados. A renda da exploração desses recursos supre a maior parte das necessidades das máquinas estatais, fazendo com que a população não precise contribuir de forma direta para tal. A exploração desses recursos estão, em sua maioria, nas mãos das famílias reais, as quais concentram além do poder político e da máquina estatal do país, o poder econômico.

A outra categoria analisada será o grau de liberdade do país, segundo o índice da *Freedom House*, o qual faz análises sobre os 195 países no mundo, e classifica-os como: “livres”, “parcialmente livres” e “não livres”. O índice incorpora variáveis relacionadas a liberdades civis, direitos políticos e liberdade de imprensa; essas variáveis são escalonadas de um a sete, sendo um mais livre e sete menos livre. O índice faz uso de uma série variáveis para mapear a democracia no mundo, como: liberdade de associação e crença, liberdade de opinião, pluralismo político, escolha do chefe do executivo e dos membros do legislativo, independência do judiciário e existência do devido processo legal<sup>43</sup>.

A última categoria a ser considerada é gasto com defesa em relação ao PIB, busca-se observar se os gastos com defesa estão relacionados a manutenção do regime, uma vez que tradicionalmente a região apresenta vários conflitos. Nesta década a região foi palco da primavera árabe, que mudou o regime de boa parte dos países do MENA, e na atualidade, os conflitos mais graves são a Guerra do Iémen e da Síria. O outro ponto pelo qual se deve considerar essa categoria é há uma diversidade de condutores para o aumento ou diminuição de gastos militares, em especial conflitos armados, percepções de segurança, o preço do petróleo e da renda. O preço do petróleo é um importante devido ao seu impacto nos orçamentos nacionais dos países exportadores de petróleo, fazendo com que o aumento ou diminuição no preço do petróleo impacte diretamente os gastos com defesa<sup>44</sup>. Dessa forma a média de gastos com defesa do Oriente Médio é a maior do mundo, representando um percentual médio de 6,01% do PIB em 2016, enquanto a segunda região com maior gasto é a África com 1,99% do PIB investido em defesa. Quando a média mundial de gastos militares é de 2,2% do PIB.

### 4.3 QUALITATIVE COMPARATIVE ANALYSIS

---

<sup>43</sup> A metodologia completa para a criação do índice de liberdade da Freedom House pode ser encontrada nesta página: <https://freedomhouse.org/report/methodology-freedom-world-2018> último acesso em 03/04/2018.

<sup>44</sup> Trends In World Military Expenditure, 2016

Encontra-se na tabela abaixo a operacionalização das categorias utilizadas e seus respectivos valores. As categorias são: Tipo de Regime, Existência de Constituição, Cobrança de Impostos, Grau de Liberdade segundo a *Freedom House* e Gasto Percentual do PIB com Defesa em relação ao mundo e à região. A *Qualitative Comparative Analyses* foi produzida a partir do programa *Tosmana*, para analisar quais categorias são necessárias para a configuração do cenário estabilidade.

Tabela 1- Base para construção do QCA

|   | <b>Tipo de regime</b><br>(0=Monarquia,<br>1= República) | <b>Existência de</b><br><b>constituição</b><br>(0 = Não, 1 =<br>Sim) | <b>Cobrança de</b><br><b>impostos</b><br><b>diretos</b><br>(0 = Não, 1 =<br>Sim) | <b>Grau de</b><br><b>liberdade</b> | <b>Gasto militar</b><br><b>em relação a</b><br><b>% do PIB</b><br><b>mundial**</b> | <b>Gasto militar</b><br><b>em relação a</b><br><b>% do PIB</b><br><b>regional***</b> |
|---|---|--|--|------------------------------------|--|--|
| <b>Arábia</b><br><b>Saudita</b>                   | <b>0</b>  | <b>1</b>   | <b>0</b>   | <b>1</b>                           | <b>2</b>   | <b>2</b>   |
| <b>Barehin</b>                                    | <b>0</b>  | <b>1</b>   | <b>0</b>   | <b>1</b>                           | <b>1</b>   | <b>0</b>   |
| <b>Catar</b>                                      | <b>0</b>  | <b>1</b>   | <b>0</b>   | <b>1</b>                           | <b>1</b>   | <b>0</b>   |
| <b>Emirados</b><br><b>Árabes</b><br><b>Unidos</b> | <b>0</b>  | <b>1</b>   | <b>0</b>   | <b>1</b>                           | <b>1</b>   | <b>1</b>   |
| <b>Jordânia</b>                                   | <b>0</b>  | <b>1</b>   | <b>1</b>   | <b>2</b>                           | <b>1</b>   | <b>0</b>   |
| <b>Kuwait</b>                                     | <b>0</b>  | <b>1</b>   | <b>0</b>   | <b>1</b>                           | <b>1</b>   | <b>1</b>   |
| <b>Marrocos</b>                                   | <b>0</b>  | <b>1</b>   | <b>1</b>   | <b>2</b>                           | <b>1</b>   | <b>0</b>   |
| <b>Omã</b>  | <b>0</b>  | <b>1</b>   | <b>0</b>   | <b>2</b>                           | <b>2</b>   | <b>2</b>   |

\*1 = não livre, 2= parcialmente livre e 3 = livre

\*\* 0 = Baixo, 1 = média, 2 = Mais que o dobro da média

\*\*\*0 = Baixo, 1 = média, 2 = Mais que o dobro da média

Fonte: autora

Figura 1- QCA gerado pelo Tosmana

| País                           | Tipo de regime | Existência de constituição | Cobrança de impostos diretos | Grau de liberdade | Gasto militar em relação ao PIB | Gasto em PIB militar relativo a região (1 = Baixo, 3 = média mundial, 5 = Mais que o dobro da média mundial) | Estabilidade |
|--------------------------------|----------------|----------------------------|------------------------------|-------------------|---------------------------------|--|--------------|
| Barein, Catar                  | 0              | 1                          | 0                            | 0                 | 1                               | 0  | 1            |
| Emirados Árabes Unidos, Kuwait | 0              | 1                          | 0                            | 0                 | 1                               | 1  | 1            |
| Arábia Saudita                 | 0              | 1                          | 0                            | 0                 | 2                               | 2  | 1            |
| Omã                            | 0              | 1                          | 0                            | 1                 | 2                               | 2  | 1            |
| Jordânia, Marrocos             | 0              | 1                          | 1                            | 1                 | 1                               | 0  | 1            |

Fonte: autora

A priori, pode-se observar que o programa aglutinou países que se comportam de forma semelhante de acordo com essas variáveis em grupos, como é o caso do Barein e Catar, Emirados Árabes Unidos e Kuwait e Jordânia e Marrocos. A partir da análise pode-se observar que a combinação das *categorias tipo de regime (monarquia) e existência de constituição (sim) são as únicas constantes em todos os resultados possíveis relevantes para a manutenção do cenário da estabilidade*. A categoria recolhimento de impostos diretos, cuja ausência representa a hipótese do rentismo, não é necessária nem suficiente para a obtenção da estabilidade na região; por isso, a estabilidade na região não está diretamente relacionada ao não recolhimento de impostos da população, pelo menos em todos os casos. Para os países pertencentes ao Conselho de Cooperação do Golfo, todavia, o não recolhimento de impostos se faz presente em todos os casos, confirmando a hipótese do rentismo para: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã.

Em relação a categoria grau de liberdade, que classifica os países em: livre, parcialmente livre e não livre, os casos analisados se enquadram em não livres e parcialmente livres; mas o grau de liberdade não. Assim como o montante de gastos com defesa, a maior ou menor parcela do Produto Interno Bruto investidas em gastos com defesa não constituem uma variável necessária nem suficiente para a estabilidade desses países, uma vez que são estáveis países com gastos relativos altíssimos, caso da Arábia Saudita, e gastos muito baixos, como a Jordânia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar categorias baseadas na literatura, confirmou-se a não homogeneidade dos casos, uma vez que seria possível formar grupos de países dentre os casos. Alguns grupos pertinentes seriam: membros do Conselho de Cooperação do Golfo e o dos países recolhedores de impostos – Jordânia e Marrocos.

Os países membros do CCG têm a maior parte de sua economia fortemente influenciada pela venda de hidrocarbonetos, e atendendo às outras características dos Estados Rentistas. Mas dentro deste grupo, é possível observar diferenças em relação às liberdades individuais, de imprensa, do tipo de participação popular e dos gastos militares. Sendo o Kuwait, membro do CCG, classificado como “parcialmente livre”, a contrário senso dos outros países pertencentes ao Conselho. Os países recolhedores de impostos apresentam o modelo de Monarquia Constitucional (STEPAN, 2014) efetivo, no qual existe uma real limitação aos poderes do monarca por parte da Constituição, e confere ao Legislativo e ao Judiciário um pouco de autonomia. Além da existência de uma estrutura monárquica nesses países anterior ao domínio europeu na região, o que a fortalece institucionalmente, fornecendo-a mais legitimidade através de um domínio tradicional (WEBER, 2008).

A análise do *QCA* apresentou a monarquia e a existência de uma constituição como fatores necessários e suficientes para a manutenção desse tipo de regime. Chegou-se à conclusão que estabilidade dos casos selecionados está relacionada à cultura monárquica (MENALDO, 2012) desses países e à existência de uma constituição, ou um código de normas que a represente. Esse último confere credibilidade às ações do monarca, contribuem para a formação de um “credible commitment” com o povo e em especial com as elites. Todavia, nos países do CCG as constituições não impõem limitação efetiva aos poderes dos monarcas (STEPAN, 2014), mas regulam e instituem regras de condutas sociais. O efeito da existência de uma constituição nos países do CCG pode ser objeto de pesquisas futuras, assim como o estudo sobre a estabilidade desses mesmos países diferentes perspectivas além da institucional, como a cultural e a econômica.

## REFERÊNCIAS

- ANSARY, Abdou Filali. **As Linguagens das Revoluções Árabes**. Journal of Democracy, Ano 1. No.2, 2012
- ANDERSON, P. (2011). **On the Concatenation in the Arab World**. New Left Review, 2011.
- ANDERSON L. **Demystifying the Arab Spring**. Foreign Affairs, May/June 2011.
- AYALON, A. "**Post-Ottoman Arab Monarchies: Old Bottles, New Labels**". In: Kostiner, J. (ed.), *Middle East Monarchies: The Challenge of Modernity*. Boulder, Lynne Rienner Publishers, page 23-36.2000.
- BAMYEH, M. B. **Is the Libyan revolution an exception?** 22 Mar. 2011. Disponível em: <<http://muftah.org/?p=956>>.
- BEBLAWI, H. The Rentier State in the Arab World. In: BEBLAWI, H.; LUCIANI, G. (Ed.). **The Rentier State**. Nova York: Croom Helm, 1987.
- BRUMBERG, D. **Democratization in the Arab World? The Trap of Liberalized Autocracy**. Journal of Democracy. Número 13, outubro de 2002.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. Acesso em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/jo.html>
- COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, Contingency Planning Memorandum. **Political Instability in Jordan**. No. 19: Acesso em: <https://www.cfr.org/report/political-instability-jordan>
- DIAMOND, Larry. **Por que não há democracias árabes?** Journal of Democracy. Volume 1, Número 2, outubro de 2012.
- DIAMOND, Larry. **Facing Up to the Democratic Recession**. Journal of Democracy. Volume 1, Número 26, janeiro de 2015.
- DIAMOND, Larry, Francis Fukuyama, Donald L. Horowitz e Marc F. Plattner **Repensando o Paradigma da Transição**. Journal of Democracy. Ano 3. No.1, 2014
- FERABOLLI, Sílvia. **Relações Internacionais do Mundo Árabe (1954-2004): Os Desafios para a Realização da Utopia Pan-arabista**. Editora: JURUÁ, 2009.
- FILALI-ANSARY, Abdou. **A linguagem das Revoluções Árabes**. JOURNAL OF DEMOCRACY. Volume 1, Número 2, outubro de 2012.
- FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. **The Democratic Disconnect**, Journal of Democracy, Volume 27, Número 3, Julho de 2016.
- FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. **The signs of deconsolidation**, Journal of Democracy, Volume 28, Número 1, Janeiro de 2017.

FREEDOM HOUSE. **Middle East e North Africa**: Acesso em: <https://freedomhouse.org/regions/middle-east-and-north-africa>

FREEDOM HOUSE. **Worst of the worst**, Freedom House, 2011. Acesso em: <https://freedomhouse.org/sites/default/files/WorstOfTheWorst2011.pdf>

GEDDES, Barbara, Joseph Wright, and Erica Frantz.. “**Autocratic Breakdown and Regime Transitions: A New Data Set.**” *Perspectives on Politics* 12(2): 2014, pp. 313–31.

HADENIUS, Axel. **Democracy and development**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1992.

HEYDEMANN, Steven. **Síria e o Futuro do Autoritarismo**, *Journal of Democracy* Ano 3. No.1, 2014

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

INGLEHART, Ronald F. **How Much Should We Worry?** *Journal of Democracy*, Volume 27, Número 3, Julho de 2016.

KNUTSEN, Carl Henrik et al. **Institutional Characteristics and Regime Survival: Why Are Semi-Democracies Less Durable Than Autocracies and Democracies?** *American Journal of Political Science* 2015

LEVITSKY, Steven, and Lucan A. Way. “**The Rise of Competitive Authoritarianism.**” *Journal of Democracy* 13(2): 52–65, 2002.

LIMA, Tiago Levi Diniz. **O processo de transição de regime no Egito e na Tunísia**, 2014.  
LUCIANI, G. **Allocation vs. Production States: A theoretical framework**. In: LUCIANI, G. (Ed.). *The Arab State*. Berkeley: University Of California Press, 1990. p. 30-65

MENALDO, Victor. “**The Middle East and North Africa’s Resilient Monarchs.**” *Journal of Politics* 74(3): 707–22, 2012.

MORRISON, K. **Oil, non-tax revenue, and the redistributive foundations of regime stability**. *International Organization* 63(1): 107–138, 2009.

NETO, Ricardo Borges Gama. **Minimalismo Shumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional**. 2011.

STEPAN, Alfred. **A transição na Tunísia e a Mútua tolerância**. Volume 3, Número 2, Outubro de 2014.

STEPAN, Alfred, et al. **Monarquias parlamentares democráticas**, *Journal of Democracy* Ano 3. No.2, 2014.

SYSTEMIC PEACE. **Polity IV**. Acesso em: <http://www.systemicpeace.org/inscrdata.html>

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa Gradiva – 2002.

WEBER, Max. **Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima**. Tradução de Gabriel Cohen. Rio de Janeiro: V Guedes Multimídia, 2008.

WORLD BANK. Acesso em: <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#doc-sources>

WRIGHT Joseph; BAK Daehee. **Measuring autocratic regime stability**. Research and Politics January-March 2016: pp. 1–7